



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

**COMO FAZER JORNALISMO ATIVISTA: TÉCNICAS E
MODELO DE NEGÓCIO DO SUMAÚMA**

STEFANY GABRIELLY SOARES DE OLIVEIRA

Rio de Janeiro

2024



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO
JORNALISMO

COMO FAZER JORNALISMO ATIVISTA: TÉCNICAS E MODELOS DE NEGÓCIO DO SUMAÚMA

Monografia submetida à Banca de Graduação
como requisito para obtenção do diploma de
Bacharel em Jornalismo.

STEFANY GABRIELLY SOARES DE OLIVEIRA

Orientador(a): Prof(a). Dr(a). Cristiane Henriques Costa

Rio de Janeiro
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

O48c Oliveira, Stefany Gabrielly Soares de
Como fazer jornalismo ativista: técnicas e
modelo de negócio do SUMAÚMA / Stefany
Gabrielly Soares de Oliveira. -- Rio de
Janeiro, 2024.
57 f.

Orientadora: Cristiane Henrique Costa.
Coorientador(a):
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola
da Comunicação, Bacharel em Comunicação Social:
Jornalismo, 2024.

1. Jornalismo Ativista. 2. SUMAÚMA -
Jornalismo do Centro do Mundo. 3. Jornalismo
Hegemônico. 4. Subjetividade. 5. Genocídio
Yanomami. I. Costa, Cristiane Henrique, orient.
II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO

TERMO DE APROVAÇÃO

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, avalia o trabalho **Como fazer jornalismo ativista: técnicas e modelo de negócio do SUMAÚMA**, elaborado por **Stefany Gabrielly Soares de Oliveira**.

Aprovado por

Cristiane Costa

Profa. Dra. Cristiane Henriques Costa

Alexandre Enrique Leitão

Prof. Dr. Alexandre Enrique Leitão

Patrícia da Veiga Borges

Profa. Dra. Patrícia da Veiga Borges

Grau: 10,0

Rio de Janeiro, no dia 09/12/2024

Rio de Janeiro

2024

DEDICATÓRIA

Aos meus avós, Igino Soares e Rosa Mendes Soares (*in memoriam*), que, sentados à mesa da cozinha, contavam suas histórias, inspirando-me a contar outras. Guardo um pedaço de vocês por onde eu andar. Este trabalho e qualquer outra conquista na minha vida serão dedicados a vocês.

OLIVEIRA, Stefany Gabrielly Soares de. **Como fazer jornalismo ativista: técnicas e modelo de negócio do SUMAÚMA**. Orientador(a): Cristiane Henriques Costa. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Jornalismo). Rio de Janeiro: ECO/UFRJ, 2024.

RESUMO

Este trabalho analisa como o jornalismo ativista se apresenta como alternativa às limitações do modelo hegemônico, tomando o *Sumaúma – Jornalismo do Centro do Mundo* como exemplo prático. A pesquisa investiga os motivos da fundação do veículo, seu modelo de negócios, desafios financeiros e editoriais, além de suas estratégias para dar protagonismo às vozes amazônicas e promover mudanças na cobertura jornalística. Por meio de análise de conteúdo, compara-se a cobertura do genocídio Yanomami pelo *Sumaúma*, representante do jornalismo ativista, e pela *Folha de S. Paulo*, representante do modelo hegemônico. Os resultados destacam diferenças em enquadramentos narrativos e escolhas editoriais, evidenciando o papel do jornalismo ativista na representação de grupos marginalizados e na promoção da justiça social. Conclui-se que o jornalismo ativista ressignifica a profissão ao integrar ética, inovação e engajamento, reafirmando sua relevância diante da crise de credibilidade e da desinformação.

Palavras-chave: jornalismo ativista; jornalismo hegemônico; *SUMAÚMA*; subjetividade; genocídio Yanomami.

SUMÁRIO

1. Introdução	1
2. O jornalismo ativista	5
2.1. Da objetividade à subjetividade: como surgiu o jornalismo ativista	6
2.2. Resgatando princípios ativistas para um jornalismo socialmente responsável e mais ético	12
2.3. O jornalismo ativista, independente e sem fins lucrativos como resposta à crise o jornalismo hegemônico	19
2.4. O papel das associações jornalísticas	22
3. O SUMAÚMA	25
3.1. Implementação da proposta institucional	28
4. <i>Sumaúma</i> vs <i>Folha de S. Paulo</i>: A cobertura do genocídio Yanomami	35
5. Considerações finais	52
6. Referências bibliográficas	55

1. Introdução

Era 20 de janeiro de 2023, quando uma imagem devastadora capturou a atenção do Brasil e do mundo. Nela, uma profissional de saúde examinava uma criança indígena com costelas que quase perfuravam a pele contrastando com uma barriga inchada, indicativos claros de desnutrição e verminoses. Essa fotografia, amplamente compartilhada, tornou-se um marco visual de uma das maiores tragédias humanitárias da história recente brasileira: a crise sanitária Yanomami. Além de simbolizar o sofrimento, a imagem também revelou o abandono sistemático da população indígena, evidenciando um colapso das políticas públicas e a ausência de medidas de proteção para grupos historicamente vulneráveis.

Essa crise, denominada por juristas como genocídio, se intensificou com o avanço desenfreado de garimpos ilegais e a omissão do Estado brasileiro em proteger o território e a saúde dessa população. Em apenas quatro anos, durante o governo de Jair Bolsonaro, estima-se que 570 crianças Yanomami morreram de causas evitáveis, como desnutrição, verminoses, pneumonia e diarreia. Entre os adultos, especialmente idosos, os números de óbitos alcançaram níveis recordes, agravados pela falta de acesso a serviços médicos básicos, pela contaminação de rios e solos e, principalmente, pela recusa do ex-presidente Jair Bolsonaro de responder aos pedidos de socorro das comunidades.

A tragédia gerou indignação em todo o mundo e a repercussão foi tão intensa que, logo após tomar posse, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva mobilizou uma equipe de ministros e especialistas para visitar a região e declarar estado de emergência sanitária.

A exposição dessa crise só foi possível graças ao trabalho de jornalistas comprometidos em romper com o silêncio histórico que envolve a Amazônia e seus povos. Nesse cenário, destacou-se o papel do *SUMAÚMA – Jornalismo do Centro do Mundo*, um veículo que nasceu com a proposta inovadora de trazer a Amazônia para o centro do debate nacional. Com uma abordagem ambientalista e ativista, o *SUMAÚMA* não apenas revelou a gravidade do genocídio Yanomami, mas também mobilizou a opinião pública e as instituições nacionais e internacionais para cobrar ações concretas do novo governo e punir o antigo pela sua recusa em socorrer a população indígena. O veículo se posiciona de forma a antagonizar o jornalismo hegemônico, que frequentemente negligencia as vozes das populações amazônicas, adotando uma perspectiva que coloca essas comunidades no protagonismo de suas histórias. Essa abordagem diferenciada permitiu que a crise Yanomami fosse compreendida não apenas como uma tragédia humanitária, mas como um reflexo das desigualdades estruturais e do desmonte das políticas públicas ambientais e indigenistas no Brasil.

Diante disso, esta monografia se propõe a explorar as raízes e o desenvolvimento do jornalismo ativista, examinando como iniciativas como o *SUMAÚMA* implementam práticas que confrontam os modelos tradicionais de produção jornalística. O objetivo principal é entender os princípios que orientam esse tipo de jornalismo, suas contribuições para a representatividade de grupos marginalizados e sua capacidade de mobilizar a sociedade em torno de questões urgentes, promovendo justiça social. Além disso, o estudo busca investigar como o jornalismo ativista pode propor transformações na deontologia da profissão, oferecendo alternativas éticas e inovadoras em um contexto marcado pela crise de credibilidade e sustentabilidade do jornalismo tradicional.

Para atingir esses objetivos, serão realizadas análises aprofundadas das propostas institucionais do *SUMAÚMA*, uma entrevista com uma de suas fundadoras e uma revisão bibliográfica sobre a origem do jornalismo moderno, as críticas à sua objetividade e o surgimento de práticas que se propuseram a ser alternativas às limitações desse jornalismo. Além disso, será feita uma comparação entre a cobertura do genocídio Yanomami feita pelo *SUMAÚMA*, representando a abordagem ativista, e pela *Folha de S. Paulo*, representando a abordagem hegemônica, com o objetivo de identificar diferenças nas escolhas editoriais, estratégias narrativas e enquadramentos discursivos. A metodologia escolhida é a Análise de Conteúdo de Bardin (1977), que permitirá uma análise sistemática das matérias jornalísticas, destacando padrões e especificidades.

O desenvolvimento deste estudo será dividido em três partes, com o capítulo inicial intitulado “O jornalismo ativista”, que buscará investigar o surgimento e a consolidação desse modelo, desde suas raízes até sua prática contemporânea. Será explorado como a ideia de objetividade, que fundamentou o jornalismo moderno, evoluiu para um ponto de crítica, levando ao surgimento de propostas alternativas que questionam as limitações dessa abordagem tradicional. O capítulo abordará como essas novas práticas, ao desafiar a objetividade clássica, buscam preencher lacunas deixadas pelo modelo hegemônico, criando um jornalismo mais representativo e inclusivo, que incorpora vozes historicamente marginalizadas.

Além disso, o capítulo discutirá como os princípios adotados por esses novos arranjos jornalísticos podem fomentar práticas mais éticas, alinhadas ao Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, promovendo um jornalismo que se comprometa com o interesse público e a justiça social. Será analisada também a crise vivenciada pelo jornalismo hegemônico, que enfrenta desafios de sustentabilidade financeira e credibilidade, especialmente diante da intensificação da desinformação e da distribuição algorítmica de

notícias. Nesse contexto, o jornalismo ativista será apresentado como uma alternativa viável para resgatar a confiança do público na profissão, oferecendo uma combinação de rigor técnico e inovação, ao mesmo tempo em que propõe soluções para a crise de financiamento do setor.

Por fim, o capítulo pretende explorar o papel das associações jornalísticas na promoção dessas novas práticas, destacando como essas organizações podem contribuir para o fortalecimento de arranjos alternativos. Isso inclui o incentivo a iniciativas que valorizem a diversidade de narrativas e enfoques, bem como a articulação de estratégias que combinem sustentabilidade financeira e impacto social, estabelecendo o jornalismo ativista como um modelo não apenas alternativo, mas como uma referência de qualidade e engajamento ético no campo jornalístico.

No capítulo “O *SUMAÚMA*”, o trabalho busca compreender como o jornalismo ativista se manifesta na prática, utilizando o *SUMAÚMA - Jornalismo do Centro do Mundo* como estudo de caso. A proposta é analisar os fatores que motivaram a fundação do veículo, investigar o seu projeto institucional e os desafios enfrentados na sua rotina de produção, destrinchando aspectos como a decisão de onde a redação iria ser sediada e o enfoque da sua cobertura. Além disso, este capítulo pretende explorar o modelo de negócios do *SUMAÚMA*, com o objetivo de identificar como ele busca equilibrar suas necessidades financeiras e editoriais.

O capítulo também se propõe a estudar as técnicas utilizadas e os formatos editoriais adotados pelo *SUMAÚMA*, com o intuito de compreender como o veículo organiza a sua cobertura e transmite a sua produção jornalística. A análise busca identificar de que maneira essas escolhas ajudam a materializar a proposta ativista do jornalismo praticado pelo *SUMAÚMA*, fortalecendo sua identidade como um veículo inovador e comprometido com mudanças estruturais na prática jornalística.

A terceira parte do desenvolvimento, o capítulo “*SUMAÚMA vs Folha de S. Paulo: A Cobertura do Genocídio Yanomami*”, propõe uma análise comparativa entre o *SUMAÚMA*, como representante do jornalismo ativista, e a *Folha de S. Paulo*, enquanto representante do jornalismo hegemônico, sobre a cobertura do genocídio Yanomami. O objetivo é explorar como cada veículo aborda a crise humanitária, destacando suas diferenças e semelhanças.

Para isso, serão selecionadas 11 matérias de cada veículo, representando diferentes gêneros jornalísticos, publicadas entre janeiro de 2023, momento em que o *SUMAÚMA* revelou a crise, e janeiro de 2024, marco de um ano da declaração de emergência sanitária na região.

Essas matérias serão submetidas a uma análise categorizada com base em critérios definidos pela bibliografia de referência. Entre os aspectos investigados estão os enquadramentos adotados, as fontes privilegiadas, a presença ou ausência de representatividade nas narrativas, as técnicas de apuração e as estratégias utilizadas para contextualizar a crise. A intenção é compreender como os valores e princípios que fundamentam o jornalismo ativista e o hegemônico se refletem nas escolhas feitas por *SUMAÚMA* e *Folha de S. Paulo*, contribuindo para um debate mais amplo sobre as possibilidades e limites de cada modelo jornalístico no tratamento de questões complexas e de interesse público.

A importância de estudar o jornalismo ativista está na possibilidade de compreender como essa prática pode atuar como um poderoso instrumento de transformação social. Em um contexto marcado pela intensificação da desinformação e pela crise de credibilidade e sustentabilidade dos grandes veículos de comunicação, torna-se fundamental explorar modelos alternativos que priorizem a diversidade, a inclusão e o engajamento público. O jornalismo ativista se apresenta como uma resposta a essas demandas, oferecendo uma abordagem que desafia as limitações do jornalismo tradicional, reposiciona a prática jornalística e expande as fronteiras do papel do comunicador, consolidando-o como um agente ativo na promoção de mudanças sociais e no fortalecimento da democracia.

Espera-se que esta monografia contribua para o debate sobre a renovação das práticas jornalísticas, destacando o papel do jornalismo ativista como um modelo ético, inclusivo e socialmente relevante. Ao investigar suas potencialidades e limitações, o trabalho busca reforçar a importância do jornalista como agente de transformação e do jornalismo como uma ferramenta essencial para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

2. O jornalismo ativista

"O que é o jornalismo?" É com essa pergunta que Nelson Traquina inicia sua obra *Teorias do Jornalismo: Porque as Notícias São como São*. Para respondê-la, o autor propõe várias respostas, uma delas a de que "o jornalismo é a realidade" (Traquina, 2006, p.18). Essa afirmação tem um fundo de verdade, pois o jornalismo não cria histórias, apenas as reproduz. Contudo, embora se trate de uma prática que lida com fatos reais, as escolhas sobre quais eventos serão narrados — e quais serão omitidos —, sobre como eles serão contados, a partir de quais relatos e em que momento, estão condicionadas ao olhar do jornalista, o "narrador dos fatos". Esse olhar, por sua vez, é inevitavelmente influenciado pelo país onde o jornalista nasceu, pelo bairro onde mora, pelas pessoas com quem convive e por outras características que moldam a forma como cada indivíduo se posiciona no mundo.

No jornalismo, há um princípio que busca negar o impacto das individualidades na prática, posicionando o jornalista como um sujeito imune às suas influências pessoais, cuja função seria apenas relatar os fatos. A essa concepção dá-se o nome de objetividade.

A objetividade, ou uma outra designação de uma noção de equilíbrio (balance), está associada pela esmagadora maioria dos cidadãos ao papel do jornalista, e é consagrada nas leis que estabelecem as balizas do comportamento dos profissionais, em particular os que trabalham nas empresas de comunicação social do setor público. Está presente, pelo menos de uma forma implícita, se não explicitamente, nos códigos deontológicos dos jornalistas nos países democráticos e está no centro de toda uma mitologia que representa os jornalistas em diversas narrativas que ocupam um papel central na cultura profissional (Traquina, 2005, p. 172).

Ao longo dos séculos XIX e XX, a objetividade se consolidou na profissão, tornando-se um dos pilares fundamentais da deontologia jornalística. (Traquina, 2005). Por outro lado, a partir da segunda metade do século XX, surgiram movimentos e correntes de pensamento, como o feminista e o decolonial, que passaram a questionar a objetividade permeada pela ideia de neutralidade. Para esses movimentos, o jornalismo moderno, ao transformar a objetividade em seu principal cânone, "eximiu-se de trazer, de maneira consistente e complexa, problemáticas relativas a parcelas gigantescas da sociedade" (Moraes, 2019, p. 2).

Em resposta, esses movimentos passaram a idealizar um jornalismo que, ao invés de se camuflar sob uma suposta neutralidade, busca dar voz a setores historicamente marginalizados, utilizando a subjetividade inerente ao jornalista como uma ferramenta de inclusão e promoção da justiça social. Esse tipo de jornalismo, que é transparente quanto à sua visão de mundo, trabalha em prol de uma causa e se recusa a apagar a presença do jornalista na produção, mas ainda assim prima pela busca da objetividade por meio de uma

apuração cuidadosa. A essa prática, podemos chamar de “jornalismo ativista”, conceito que também abrange outros termos, como “Jornalismo de Engajamento”, “Jornalismo de Causas” e “Mídia Alternativa”.

Neste capítulo, será feita uma análise sobre o jornalismo ativista, desde suas raízes e definições até as formas de atuação nos dias de hoje. Para tanto, serão utilizados como base teórica os autores Fabiana Moraes (2019), Nelson Traquina (2005), Cláudia Nonato et al. (2018), Kelly Prudêncio (2006), Adriana Barsotti e Agostinho Vieira (2023), Daniela Maria de Lacerda (2016), Raylton Carlos de Lima Tavares e Rosângela do Socorro Nogueira de Sousa (2022) e John Downing (2002).

2.1 Da objetividade à subjetividade: como surgiu o jornalismo ativista

O jornalismo amplamente difundido nos dias de hoje foi forjado na ideia de objetividade, um princípio que busca a apresentação dos fatos de maneira imparcial, precisa e transparente, livre de influências das opiniões ou crenças pessoais do jornalista. Essa concepção emergiu no século XIX, em um contexto de profundas transformações históricas, que contribuíram para a formação de um modelo de jornalismo hegemônico (Traquina, 2005).

Nesse período, a burguesia consolidou-se no poder em várias nações, impulsionando o sistema econômico capitalista. Esse novo cenário promoveu a industrialização, transformando áreas como educação, cultura, geografia e produção intelectual, incluindo os formatos de escrita e comunicação que se tornaram padrão desde então (Moraes, 2019). A introdução do maquinário industrial, por exemplo, possibilitou que os jornais aumentassem significativamente o volume de tiragens, produzindo exemplares em maior quantidade e velocidade. Ao mesmo tempo, a escolarização das massas, impulsionada pela criação de sistemas de ensino público, e o processo de urbanização foram fatores essenciais para reformular a prática jornalística ao criar uma demanda crescente por notícias (Traquina, 2005).

A partir dessas mudanças, no século XIX, surgiu o primeiro meio de comunicação de massa: a imprensa. Esse novo formato de comunicação tinha como objetivo vender informações para o maior número de leitores possível. Para isso, os jornais buscavam manter uma postura de aparente neutralidade, evitando manifestações políticas explícitas em suas páginas e, assim, atraindo leitores de diferentes espectros ideológicos e classes sociais. Esse

modelo de jornalismo, voltado para o público em massa, caracterizou-se por priorizar a abrangência e a acessibilidade (Traquina, 2005).

A vertente comercial do jornalismo tornou-se ainda mais evidente com a popularização dos *penny press* — jornais populares que surgiram nos Estados Unidos no início do século XIX, na década de 1830, e que revolucionaram o jornalismo ao serem vendidos por apenas um centavo (um "penny"). A acessibilidade econômica desses periódicos tornou as notícias mais disponíveis para o público geral, especialmente para a classe trabalhadora, ampliando o alcance do jornalismo e estabelecendo um modelo comercial sustentado pela venda de anúncios publicitários (Traquina, 2005).

Os *penny press* se caracterizavam por uma abordagem voltada para temas de interesse popular, como crimes, escândalos, política e eventos locais, o que contribuiu para a consolidação da notícia como mercadoria. Os jornais passaram a competir pela atenção dos leitores, transformando a busca por audiência em um objetivo prioritário. Esse tipo de jornalismo popular desempenhou um papel crucial no desenvolvimento de um jornalismo de massa, na criação de um modelo financeiro autossustentável e na ampliação do público leitor (Traquina, 2005).

O, então, novo modelo de jornalismo contrastava com a prática predominante no século anterior, em que os jornais funcionavam essencialmente como ferramentas políticas panfletárias, em que a opinião dos jornalistas e o posicionamento dos veículos eram expressos de maneira explícita e declarada. Esse tipo de prática jornalística foi, inclusive, concomitante a eventos históricos e sociais marcantes, como a Revolução Francesa, que teve como uma de suas causas a luta contra injustiças sociais e políticas. Por outro lado, os jornais do século XIX buscaram desvincular-se de posicionamentos políticos explícitos, como explica Traquina:

Embora houvesse pessoas que, por exemplo, fizeram negócio com a venda de jornais durante a revolução francesa no fim do século XVIII, os jornais eram sobretudo armas de luta política, estreitamente identificados com causas políticas. Durante o século XIX, sobretudo com a criação de um novo jornalismo - a chamada *penny press* - os jornais são encarados como um negócio que pode render lucros, apontando como objetivo fundamental o aumento das tiragens. Com o objetivo de fornecer informação e não propaganda, os jornais ofereceram um novo produto - as notícias, baseadas nos "fatos" e não nas "opiniões" (Traquina, 2005, p. 34).

A racionalidade moderna é mais um elemento essencial para compreender o surgimento do jornalismo moderno. Segundo Moraes (2019), essa racionalidade foi profundamente moldada pelo método científico de Descartes, que promovia a busca por um conhecimento seguro e racional. Esse método impactou a produção jornalística, estabelecendo uma visão positivista e iluminista. A autora explica que Descartes introduziu a ideia de um

sujeito que observa o mundo de uma perspectiva absoluta, semelhante ao "olho de Deus". Essa abordagem gerou uma concepção dominante de conhecimento, marcada pela "ego-política do conhecimento", conferindo ao homem europeu um status antes atribuído a Deus.

Na análise de Moraes (2019), o privilégio epistêmico conferido aos homens ocidentais atribuiu a eles a autoridade de definir o que é verdade, realidade e o que é considerado adequado para os outros. Essa situação sustentou projetos de dominação imperial, colonial e patriarcal, resultando em injustiças cognitivas e na desvalorização do saber de diversos grupos ao redor do mundo.

Esta racionalidade delineou as noções de verdade e credibilidade assentada em uma estrutura mental positivista, binária e simplificadora para a apreensão dos acontecimentos, partindo da negação/interdição da subjetividade nos processos cognitivos e baseando seus métodos e técnicas em estratégias (como a verificação e a prova empírica) típicas do cientificismo moderno (Moraes, 2019, p. 2).

Com isso, o conhecimento produzido pelo jornalismo pode ser analogamente comparado aos modos de produção do conhecimento científico moderno. Nesse contexto, o homem ocidental, detentor da autoridade do saber, estabelece normatividades que geram hierarquias de poder e prestígio, moldando os sujeitos, as práticas e os comportamentos que são socialmente valorizados. No topo dessa hierarquia encontra-se o homem branco, ocidental e heterossexual, considerado o sujeito universal da ciência e da razão modernas. Essa configuração, segundo Moraes (2019), restringe a compreensão das diversas experiências e sujeitos humanos, limitando a inteligibilidade das vivências que não se encaixam no modelo do "homem universal". Assim, os critérios que definem quais conhecimentos são considerados verdadeiros se estabelecem a partir de um paradigma moderno, colonial e positivista, inserido em um sistema-mundo capitalista, masculinista, racista, heteronormativo e ocidental (Moraes, 2019).

A partir do século XX, essa característica propagadora de desigualdades da objetividade passou a ser identificada e questionada por estudos feministas, decoloniais, entre outras correntes e movimentos históricos (Moraes, 2019). A perspectiva feminista é entendida tanto como uma crítica teórica quanto como um movimento social, sendo considerada um dos principais avanços nas ciências humanas durante a modernidade tardia, especialmente pela sua capacidade de "descentrar o sujeito cartesiano" (Hall *apud* Moraes, 2019, p. 6). As teóricas feministas argumentam que o sujeito não deve ser considerado um ponto de partida, mas sim entendido como resultado de complexas relações sociais, sexuais e étnicas (Moraes, 2019).

Essa crítica abrange as fundações da ciência moderna, desafiando as noções de objetividade e neutralidade, que são impregnadas por valores masculinos e raramente consideram perspectivas femininas. Segundo Rago (*apud* Moraes, 2019, p. 7), "as noções de objetividade e de neutralidade que garantiam a veracidade do conhecimento caem por terra" quando se expõem as relações de poder que influenciam a produção do saber.

Além disso, as contribuições do feminismo e das correntes decoloniais, que promovem uma epistemologia da alteridade e uma política da diferença, oferecem novos ângulos para a análise da produção discursiva. Essas abordagens resistem aos modos geocentrados de conhecimento que desqualificam outras formas de saber (Moraes, 2019). Elas também aprofundam a compreensão das interseccionalidades entre diferentes marcadores sociais, discutindo suas implicações nas dinâmicas de poder e nas hierarquias estabelecidas por regimes de verdade que moldam a produção de conhecimento, como no jornalismo. Tais perspectivas criticam os valores hegemônicos que fundamentam a epistemologia dominante e as regras que perpetuam desigualdades sociais.

Além das críticas dos estudos feminista e decoloniais, o princípio da objetividade começou a ser questionado dentro da própria prática jornalística. Logo após a Primeira Guerra Mundial, jornalistas norte-americanos perceberam que a propaganda de guerra havia manipulado fatos que eles mesmos reproduziram, levantando dúvidas sobre a neutralidade da informação que transmitiam (Barsotti; Vieira, 2023). Somado a isso, várias áreas do conhecimento, como filosofia, história, ciências sociais e psicanálise, já indicavam, desde a década de 1920, que os indivíduos "conhecem, veem e escutam o mundo através de filtros socialmente construídos" (Schudson *apud* Barsotti; Vieira, 2023, p. 16).

Nos anos 1960, a objetividade foi novamente desafiada por correntes dentro do próprio jornalismo, como o *new journalism* e o jornalismo investigativo. Ambas promoviam uma abordagem ativa na construção dos relatos, contrariando a ideia do jornalista como um observador neutro (Barsotti; Vieira, 2023). Nesse período, a manipulação governamental sobre eventos da Guerra Fria e da Guerra do Vietnã e o surgimento de uma "cultura de oposição" também estimularam um jornalismo mais crítico e questionador, que encontrava um público ávido por uma visão mais cética da realidade (Schudson *apud* Barsotti; Vieira, 2023). Schudson afirma que, nesse contexto de desconfiança na racionalidade, a objetividade passou a ser usada como uma estratégia dentro da prática profissional, ela passou a ser entendida como a apresentação de informações aceitas por consenso, com uma separação clara entre fatos e opiniões. No entanto, essa prática não surgiu só da crença na verdade dos fatos, mas como uma resposta ao aumento do ceticismo. Em outras palavras, não era

simplesmente uma crença inquestionável nos fatos, mas uma maneira de lidar com um contexto em que até os próprios fatos eram vistos com desconfiança (Barsotti; Vieira, 2023).

Outro aspecto a ser destacado é a vertente estratégica da objetividade, usada pelos jornalistas para se defender dos erros e críticas a seu trabalho quando eram atacados por conta de alguma controvérsia na sua apresentação dos fatos. Nesse contexto, ouvir os “dois lados” de uma notícia, apresentar documentos auxiliares, o uso das aspas de tal maneira que o repórter se exima de responder pelas declarações divulgadas; e a técnica da pirâmide invertida utilizada no lead, são outras estratégias dos jornalistas para não arcar com as responsabilidades do que noticiou (Barsotti; Vieira, 2023).

Essa tentativa de fazer parecer que “os fatos falam por si” caracteriza a atuação pragmática-funcional do jornalismo, como apontou Genro Filho (2012). O ethos jornalístico, assentado na objetividade, leva à incompreensão de que os fatos estão relacionados à dimensão histórico-social, nota. “Sabemos que os fatos não existem previamente como tais. Existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas (Genro Filho, 2012 *apud* Barsotti; Vieira, 2023, p. 6).

Apesar das críticas contundentes à objetividade jornalística terem permeado diversos setores da sociedade ao longo do século XX, foi apenas na virada para o século XXI que as novas formas de produzir jornalismo começaram a ser colocadas em prática. Esse movimento foi impulsionado principalmente pelo advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que transformaram profundamente as relações sociais.

Segundo Prudêncio (2006), a sociedade contemporânea caracteriza-se pela fluidez e pela hiperconectividade da informação, aspectos que marcam a chamada “sociedade da informação”. Nesse contexto, o acesso à internet e às redes sociais democratizou o ato de informar, permitindo que movimentos e atores independentes publiquem e compartilhem notícias e denúncias sem a necessidade das validações tradicionais das grandes mídias. Esse cenário abriu espaço para a criação e a disseminação de mídias alternativas, proporcionando novas possibilidades de comunicação engajada e transformadora no bom e no mau sentido.

Para compreender esses novos arranjos de produção jornalística que surgem com a “sociedade da informação”, Prudêncio (2006) traz o conceito de *jornativismo*. Essa forma de jornalismo tem origem no trabalho de engajamento desenvolvido pelos movimentos de justiça global e se caracteriza pelo compromisso com causas específicas, oferecendo uma perspectiva alternativa e denunciando injustiças sociais que, muitas vezes, são ignoradas ou sub-representadas pela mídia tradicional. Embora se utilize de técnicas jornalísticas convencionais, o *jornativismo* adota uma postura engajada, priorizando a defesa de valores e a visibilidade de temas de interesse coletivo. Assim, Prudêncio define o *jornativismo* como:

[...] um processo de keying (ajuste) do frame jornalístico para os objetivos do ativismo político on-line. Trata-se portanto de um espaço de atuação intermediário entre a perícia e o engajamento. Os *jornativistas* atuam ao mesmo tempo como profissionais da informação sem, contudo, aderir ao princípio da imparcialidade, assumido claramente seu posicionamento. O *jornativismo* pode então ser pensado como um campo específico e privilegiado da ação política dos atores coletivos contemporâneos (Prudêncio, 2006, p.14).

A expansão dos espaços digitais, portanto, gerou uma abertura significativa para o *jornativismo*, pois ele utiliza as plataformas digitais para conquistar voz e relevância, trazendo visibilidade para temas que, de outra forma, permaneceriam marginais. Esse tipo de jornalismo constrói uma relação de confiança com o público que compartilha de seus valores e causas, criando uma comunicação próxima e interativa (Prudêncio, 2006).

Ao mesmo tempo, a "sociedade da informação" aprofundou a crise de credibilidade do jornalismo hegemônico. O maior acesso à informação evidenciou os vieses e limitações dos grandes veículos de comunicação, frequentemente criticados por alinhamentos políticos e por uma objetividade que, segundo as críticas trazidas aqui, mascaram privilégios de classe, raça e gênero. Como reitera Prudêncio: “A internet muda a forma como são feitas as notícias em função da oferta de contra-informação, porque a capacidade de gatekeeping se enfraquece diante do surgimento de outras fontes de informação que não as oficiais” (Prudêncio, 2006, p. 175).

Nesse contexto, as novas tecnologias permitiram também a criação de iniciativas que, embora se oponham ao jornalismo hegemônico, apresentam características e propósitos diferentes daqueles observados por Prudêncio (2006) em sua análise da mídia ativista. Exemplo disso são O Antagonista e Brasil Paralelo, veículos que, apesar de adotarem uma postura ativa e explicitarem seu posicionamento político, não compartilham o compromisso com os princípios de justiça social que fundamentam o *jornativismo*. Esses veículos utilizam as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para fortalecer valores e narrativas que preservam o status quo, muitas vezes alinhados a ideologias conservadoras e contrários às demandas de inclusão e equidade social. Isso ficou evidente, por exemplo, na matéria “Pode falar que é pecado” veiculada no *site* O Antagonista que, a partir da análise de Tavares e Sousa (2022), apresentou escolhas lexicais que avaliavam negativamente a ação do Supremo Tribunal Federal de dar à homofobia e à transfobia o mesmo tratamento penal do racismo.

Dessa forma, enquanto a mídia ativista estudada por Prudêncio utiliza as TICs como ferramenta para amplificar vozes marginalizadas e desafiar as estruturas de poder que sustentam desigualdades, esses veículos operam em sentido oposto, promovendo ideais que visam à manutenção das hierarquias sociais. Com isso, não se encaixam na definição de

jornativismo de Prudêncio, uma vez que sua atuação não visa a transformação social, mas sim a preservação das dinâmicas de poder vigentes.

Em suma, o desenvolvimento do jornalismo moderno, pautado pela objetividade, foi fortemente influenciado pelos processos de ascensão da burguesia, expansão capitalista e industrialização que caracterizaram o século XIX. A racionalidade positivista e científica, impulsionada pelo método cartesiano, estabeleceu um modelo de produção de conhecimento que se tornou dominante no jornalismo, buscando a transmissão de informações de forma precisa e "neutra", afastada de opiniões pessoais. No entanto, como apontado pelas perspectivas feminista e decolonial, essa epistemologia eurocêntrica e excludente trouxe consigo uma "ego-política do conhecimento", relegando saberes de outras culturas e grupos sociais a uma posição inferior. Assim, o jornalismo hegemônico foi consolidado não apenas como um meio de informar, mas também como uma ferramenta de poder, estruturada a partir de valores que priorizam a visão ocidental e, muitas vezes, marginalizam outras perspectivas e conhecimentos.

A evolução do jornalismo moderno revela um cenário complexo, em que a busca pela objetividade se entrelaça com práticas de exclusão. Após a Primeira Guerra Mundial, jornalistas começaram a contestar a neutralidade da informação, percebendo manipulações e distorções. Correntes como o *new journalism* e o jornalismo investigativo surgiram, promovendo relatos mais críticos e engajados, desafiando a ideia do jornalista como mero observador. Com o advento das Tecnologias da Informação e Comunicação no século XXI, a democratização da informação favoreceu a emergência de mídias alternativas e do *jornativismo*, que combina ativismo político com práticas jornalísticas tradicionais, dando voz a narrativas muitas vezes ignoradas pela mídia hegemônica. Assim, a crise da objetividade não apenas indica uma mudança nas práticas jornalísticas, mas também uma reavaliação das estruturas de poder que moldam a produção do conhecimento, permitindo a inclusão de perspectivas marginalizadas e promovendo uma luta por justiça social.

2.2. Resgatando princípios ativistas para um jornalismo socialmente responsável e mais ético

Estabelecidas as limitações da objetividade e do jornalismo hegemônico na representação das alteridades, torna-se necessário resgatar princípios que promovam um jornalismo que atua em prol dos interesses sociais como um todo, não apenas da uma parcela

privilegiada, identificada com o homem ocidental. Isso visa romper com a noção de neutralidade e universalidade que fundamenta a epistemologia jornalística, permitindo uma abordagem mais inclusiva e contextualizada das diversas experiências e perspectivas sociais.

Nesse contexto, tais princípios incluem o uso da subjetividade, a independência financeira e editorial, uma cultura de oposição às estruturas de poder que perpetuam desigualdades, e a busca pela mobilização da opinião pública. Essas características se destacam especialmente nas iniciativas de jornalismo ativista. Assim, é possível inferir a partir da análise bibliográfica, que o uso de tais práticas não apenas reforça os princípios do bom jornalismo, mas também está em harmonia com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, demonstrando que é possível adotar uma abordagem ativista na produção jornalística sem desqualificar sua legitimidade ou comprometer seu valor informativo (Moraes, 2019).

Para Moraes (2019), a subjetividade é uma ferramenta essencial para transformar o jornalismo ao incorporar perspectivas pessoais e contextuais na narrativa jornalística. Esse princípio, embora se contraponha à objetividade, paradoxalmente a complementa, enriquecendo a prática ao valorizar a diversidade social e as diferenças de classe, gênero, raça e localização dos sujeitos. Tal enfoque aumenta a representatividade e desafia a visão homogênea e restritiva frequentemente imposta pelo ideal de neutralidade.

Ao ser incorporada, a subjetividade permite a criação de narrativas mais humanizadas, que retratam com profundidade as vozes e vivências dos envolvidos. No jornalismo de subjetividade, evita-se o uso de abordagens espetacularizadas para representar grupos historicamente marginalizados, buscando retratá-los de forma autêntica e sem recorrer a estereótipos que os posicionem como “exóticos”, “vítimas” ou “violentos”. Essa prática também resiste à tendência de retratar jornalistas como figuras heróicas, promovendo, em vez disso, uma conexão genuína e humana entre o narrador e o que é narrado (Moraes, 2019).

Ainda assim, Moraes defende uma articulação entre o subjetivo e o objetivo. Ao adotar uma “objetividade situada”, conceito de Donna Haraway apoiado por Moraes, o jornalismo passa a interpretar a verdade a partir dos contextos específicos de quem a constrói, rejeitando a perspectiva enganosa de uma visão “de toda parte e de lugar nenhum”. Dessa forma, a prática jornalística começa a questionar e a combater o racismo e o sexismo epistemológico, que são perpetuados por abordagens que excluem ou estereotipam determinados grupos (Moraes, 2019).

O subjetivo é tão necessário quanto o objetivo para a existência do propagado 'bom jornalismo', e a recusa do primeiro trouxe não só prejuízos para a prática (e teoria),

mas principalmente para aqueles e aquelas que eram por este jornalismo traduzidos. Ele possui uma potência transformadora/reparadora que pode ajudar a empreender movimentos urgentes no pensar e no fazer jornalísticos. Um deles é o questionamento de valores-notícia que continuam a ser ensinados nos cursos de jornalismo/comunicação e adotados nas rotinas profissionais. Criados para objetivar, organizar, esses valores são, segundo Wolf (2003), constituídos pelo conjunto de requisitos que se exigem dos acontecimentos – do ponto de vista da estrutura do trabalho nos órgãos de informação e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas – para adquirir a existência pública de notícia. Tudo o que não corresponde a esses requisitos é 'excluído', por não ser adequado às rotinas produtivas e aos cânones da cultura profissional (Moraes, 2019, p. 15-16).

A subjetividade também permite que os jornalistas adotem uma postura autocrítica, questionando os próprios valores e premissas que fundamentam o fazer jornalístico tradicional, ainda fortemente influenciado pelo positivismo (Moraes, 2019).

Há também um outro elemento importante na sustentação de um jornalismo de subjetividade: o entendimento de que a “contaminação” da emoção é um ganho, e não algo a ser negado na construção das reportagens. Como ressalta Moraes (2019), a instrumentalização da emotividade é uma estratégia tão objetiva quanto a pirâmide invertida ou valor-notícia. O uso da emoção nesse jornalismo que preza também o subjetivo se dá primeiramente pelo não apagamento do jornalista na produção que realiza, entendendo que o lugar do jornalista não é o do protagonismo ou heroísmo. A procura pela tradução desse encontro do Eu-Outro na composição dos textos potencializa a desconstrução de um olhar de autoridade sobre a vida alheia, principalmente aquelas experienciadas por pessoas e comunidades vulnerabilizadas. Entretanto, para que se conceba a tradução de um Outro por um Eu, é preciso que se reconheça, fundamentalmente, a existência de um Eu – não universal, mas situado, nos termos de Donna Haraway.

Por fim, incorporar a subjetividade é, também, um exercício de responsabilidade social, pois implica na produção de conhecimento engajado, que se coloca de forma crítica diante das estruturas de poder. Como argumenta Moraes (2019), ao refletir as condições históricas e sociais em que se insere, o jornalismo não apenas informa, mas propicia uma compreensão mais profunda da realidade, estabelecendo uma conexão genuína com o público e com as questões urgentes da sociedade. A autora conclui:

Assim, orientar pautas, abordagens, escritas e enquadramentos com esses pressupostos não significa estar com os sentidos embotados pela emoção: ao contrário, significa estar também guiado por critérios dados no mundo sensível. Ou devemos ignorar o meio no qual vivemos e do qual extraímos nossas temáticas? (Moraes, 2019, p. 15-16)

À luz do exposto, o uso da subjetividade no jornalismo se revela uma prática que, além de enriquecer a narrativa, dialoga diretamente com princípios defendidos pelo Código de

Ética dos Jornalistas Brasileiros. Em primeiro lugar, ao adotar a subjetividade como ferramenta de representação, o jornalista reforça o compromisso com a verdade e a qualidade da informação (Art. 4º), indo além de uma suposta neutralidade e oferecendo uma abordagem que contempla as nuances e contextos das vivências narradas. Essa prática atende ao direito à informação de forma completa e humana.

Além disso, a subjetividade está alinhada ao princípio de respeito à diversidade e à pluralidade (Art. 6º), que orienta os jornalistas a respeitarem e valorizarem a pluralidade de vozes, opiniões e identidades. Essa perspectiva favorece uma narrativa mais justa para grupos historicamente marginalizados, que, ao serem representados de maneira não estereotipada, encontram uma visibilidade mais verdadeira, afastada de enquadramentos exotificantes ou vitimizadores.

Outro ponto central é o compromisso com a responsabilidade social (Art. 2º), pelo qual o jornalista tem a função de combater desigualdades e injustiças. Ao integrar a subjetividade, o jornalista pode se posicionar contra opressões estruturais, como o racismo e o sexismo, que muitas vezes permeiam a cobertura midiática tradicional. Isso reforça o papel do jornalismo como uma ferramenta socialmente engajada, que, ao questionar as estruturas de poder, contribui para uma leitura mais crítica e comprometida com a realidade.

Por fim, a subjetividade também evita o abuso da função de jornalista (Art. 14º) no momento em que desencoraja o repórter de se colocar acima da notícia. Essa abordagem prioriza uma conexão autêntica e respeitosa com as histórias e as fontes, promovendo uma relação ética com o público e desfazendo a imagem do jornalista como um protagonista ou “herói” da narrativa. Assim, ao aplicar a subjetividade com responsabilidade, o jornalismo reforça o compromisso ético de representar a realidade de maneira digna e verdadeiramente informativa.

Outro princípio fundamental no jornalismo ativista é a independência editorial e financeira. Segundo Nonato et al. (2018), a independência no jornalismo representa uma desvinculação de interesses políticos e econômicos, além de um compromisso de neutralidade em relação a influências externas. No entanto, para o jornalismo ativista, a noção de independência transcende a ideia de neutralidade pura e envolve um compromisso ativo com causas sociais específicas, conforme apontado por Prudêncio (2006). Nesse modelo, a independência não apenas liberta o veículo das pressões políticas, mas também se torna um meio de luta e resistência, permitindo a mobilização da opinião pública a favor de questões sociais urgentes.

Barsotti e Vieira (2023) apontam que o conceito de independência no jornalismo ativista está intrinsecamente ligado à transparência e à responsabilidade na comunicação com o público. Isso se manifesta tanto na organização de veículos como coletivos de mídia quanto na escolha de modelos alternativos de financiamento e propriedade, que rompem com os padrões convencionais. A prática de usar dados abertos e divulgar detalhadamente as fontes de apoio, é um grande exemplo disso, e visa fortalecer a confiança do público e aumentar a visibilidade das operações.

Nesse contexto, se faz perceptível que a independência editorial e financeira desempenha um papel crucial ao viabilizar uma prática jornalística em sintonia com os princípios defendidos pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros. Esse compromisso com a independência permite que jornalistas e veículos informem de maneira imparcial e autônoma, cumprindo com a responsabilidade ética de atender ao interesse público sem influências externas.

Conforme estabelece o Artigo 4º, o jornalismo tem como finalidade essencial o respeito à “verdade no relato dos fatos” e “deve pautar seu trabalho pela precisa apuração e pela sua correta divulgação”. A independência financeira permite que os veículos mantenham uma distância crítica de interesses econômicos que poderiam influenciar a cobertura de determinados temas, promovendo uma narrativa genuína e responsável que visa o interesse coletivo, livre de pressões de patrocinadores ou anunciantes.

O Artigo 11º do Código de Ética do Jornalista estabelece que o profissional não deve divulgar informações "sensacionalistas" ou motivadas por "interesse pessoal ou vantagem econômica". A independência editorial aqui se revela uma ferramenta essencial para evitar que as pautas jornalísticas sejam moldadas por interesses privados ou políticos que buscam promover versões parciais da realidade. Assim, ao atuar de maneira financeiramente independente, o veículo e o jornalista são mais capazes de preservar a integridade da narrativa, garantindo uma cobertura ampla e responsável dos temas.

Com isso, a independência editorial e financeira, além de garantir a sustentabilidade de uma cobertura íntegra e honesta, torna-se uma prática de respeito ao código de ética profissional, resguardando o jornalista das limitações impostas por interesses alheios ao compromisso com a verdade e a justiça social.

Outra característica que ganha relevância nas produções dos jornais ativistas e deve ser integrada à deontologia profissional é a cultura de oposição às estruturas hegemônicas que perpetuam desigualdades. Downing (2002) argumenta que as mídias alternativas radicais se

comprometem com uma postura de resistência, buscando não só desafiar, mas também desestabilizar estruturas de poder tradicionais.

Para o autor, os benefícios de implementar essa cultura nas mídias são múltiplos. Primeiramente, ela permite que os grupos subalternos se expressem de forma autêntica e sem os filtros da mídia convencional, criando uma comunicação mais genuína e alinhada com as necessidades reais dessas populações. Essa abordagem contribui para uma representação mais fiel das lutas sociais, ao mesmo tempo em que desafia o status quo. Além disso, a cultura de oposição também favorece a criação de um compromisso com a justiça social, ao garantir que as histórias contadas não sejam apenas sobre o poder, mas também sobre a resistência contra ele.

Outro benefício crucial é que, ao se posicionarem como agentes de oposição, essas mídias ajudam a criar consciência crítica sobre as questões sociais e políticas, incentivando uma reflexão mais profunda sobre as desigualdades e as injustiças sistêmicas (Downing, 2002). E aí entra outro princípio do jornalismo ativista que é a sua busca pela mobilização social.

Conforme Prudêncio (2006), ao fornecer informações negligenciadas pela mídia convencional, o jornalismo ativista tem o poder de engajar o público na construção de uma luta política coletiva. Essa abordagem não só visa informar, mas também promover a responsabilidade pública, ou *accountability*, nos centros de poder, algo crucial para a democracia. Nesse contexto, Prudêncio mais uma vez destaca a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) como ferramenta para potencializar essa mobilização, facilitando contatos e formando alianças rapidamente.

Considerando o que foi apresentado, verifica-se que tanto a cultura de oposição quanto mobilização social, princípios fundamentais do jornalismo ativista, também se articulam diretamente com os princípios defendidos pelo Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, especialmente no que diz respeito à responsabilidade social da mídia e à transparência na comunicação. O jornalismo ativista, ao desafiar as estruturas de poder dominantes, pratica uma forma de jornalismo alinhada com a função social da mídia, conforme delineado no Artigo 6º do Código, que afirma que é dever do jornalista “opor-se ao arbítrio, ao autoritarismo e à opressão, bem como defender os princípios expressos na Declaração Universal dos Direitos Humanos”. Dessa forma, o jornalismo ativista age como um agente de transparência e de crítica construtiva, visando a transformação das estruturas sociais e políticas em benefício da sociedade.

No que tange a busca pela mobilização social, essa concepção alinha-se diretamente com o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros, especialmente no que diz respeito à responsabilidade da profissão. O Capítulo II do Código enfatiza que o jornalista deve ter compromisso com a transformação social por meio de uma prática jornalística responsável e ética. Essa orientação reforça o dever do jornalismo de servir ao interesse público, buscar a verdade dos fatos, rejeitando manipulações e distorções que possam influenciar negativamente a opinião pública.

Ao promover a mobilização social, o jornalismo ativista não apenas informa, mas também engaja a sociedade em uma análise crítica de questões frequentemente negligenciadas pela mídia tradicional. Essa abordagem é crucial para fortalecer a democracia e incentivar a cobrança pela prestação de contas (*accountability*) dos responsáveis por decisões políticas e sociais. Dessa forma, o jornalismo ativista amplia o papel social da profissão, oferecendo uma plataforma para vozes marginalizadas e contribuindo para a justiça social e o bem-estar coletivo.

Em síntese, a incorporação dos princípios do jornalismo ativista na deontologia profissional não apenas enriquece o campo jornalístico, mas também fortalece seu compromisso com a justiça social e a inclusão. O uso da subjetividade, por exemplo, permite ao jornalista construir narrativas mais humanizadas e contextualizadas, valorizando as diversas vivências sociais que o jornalismo tradicional muitas vezes marginaliza. Ao trazer à tona histórias que refletem a pluralidade e complexidade da realidade, a subjetividade desafia a objetividade neutra, promovendo um compromisso ético com a verdade e com a dignidade dos sujeitos retratados (Moraes, 2019). Além disso, a independência editorial e financeira protege o jornalismo ativista das pressões de interesses externos, permitindo que ele se mantenha fiel às causas sociais, distanciando-se de influências que poderiam comprometer a integridade da informação (Nonato et al., 2018).

A cultura de oposição às estruturas hegemônicas de poder, que representa uma postura ética de resistência às forças que perpetuam desigualdades, é outro aspecto essencial. Como defende Downing (2002), a cultura de oposição nas mídias ativistas têm o potencial de questionar as narrativas dominantes, dando espaço a vozes subalternas e denunciando injustiças. Somada à promoção da mobilização social, essa abordagem fortalece a função social do jornalismo, incentivando o engajamento público em questões negligenciadas e promovendo a *accountability*. A integração desses princípios na deontologia profissional, portanto, não apenas reforça a ética jornalística, mas também torna o jornalismo um agente transformador, comprometido com o avanço democrático e com a equidade social.

2.3. O jornalismo ativista, independente e sem fins lucrativos como resposta à crise o jornalismo hegemônico

Em um contexto em que “a produção de mais informação, ao contrário do que supunham as expectativas modernas — maior controle sobre o mundo — gera incerteza, insatisfação e insegurança” (Prudêncio, 2006, p.27), o papel dos meios de comunicação na sociedade da informação ganha relevância quando vai além da mera transmissão de conteúdos. Esses meios têm o potencial de atuar como espaços de mediação e tradução das questões importantes para os indivíduos. Eles também podem funcionar como fontes de satisfação ou remédios para as insatisfações.

Contudo, o jornalismo hegemônico, que marcou o século XX, enfrentou dificuldades para se adaptar a essa missão. Nesse contexto, em vez de evoluir para responder às demandas do público e à chegada de novas tecnologias, ele se viu em uma profunda crise de credibilidade e sustentabilidade financeira, marcada pela intensificação da desinformação e pela distribuição algorítmica de notícias.

Essa crise remonta a um modelo econômico concentrado, como descreve Lacerda (2016). No Brasil do século passado, o controle dos meios de comunicação esteve nas mãos de poucos grupos familiares, cujas operações baseavam-se em um modelo de negócios inspirado na mídia norte-americana, altamente dependente de receita publicitária. Essa estrutura comprometeu a independência editorial ao submeter a produção de notícias aos interesses de anunciantes, o que resultou na mercantilização do jornalismo. Além disso, práticas como a espetacularização de conteúdos contribuíram para distanciar a mídia hegemônica de seu compromisso com o interesse público, provocando o enfraquecimento de sua credibilidade (Lacerda, 2016).

Com a virada do século XXI, o setor jornalístico enfrentou novos desafios com a crise econômica e a rápida transformação digital. Muitas empresas reagiram com cortes e estratégias conservadoras, como a replicação de conteúdo impresso na internet e a adoção de fórmulas repetitivas, sem inovação. Essa postura, longe de estimular uma adaptação bem-sucedida ao ecossistema digital, contribuiu para a perda de relevância dos grandes veículos e para o fechamento de publicações, agravando a crise de credibilidade e de sustentabilidade do jornalismo tradicional (Lacerda, 2016). Foi no gargalo desse cenário crítico que o jornalismo ativista emergiu, oferecendo uma alternativa ao modelo desgastado e descomprometido com a ética e a independência editorial.

O jornalismo ativista surgiu como uma resposta, inspirado nos ideais de uma luta por um jornalismo ético, representativo e focado no interesse público. Essas características

refletem princípios análogos aos dos movimentos sociais, que desempenharam papel crucial ao longo do século XXI ao atribuir novos significados a problemas sociais e ao transformar a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) para promover a mobilização e o engajamento social (Prudêncio, 2006). Assim, o jornalismo ativista utiliza essas tecnologias para conectar-se diretamente com o público, resgatando o papel de uma mídia que não só informa, mas também representa os interesses e anseios das comunidades (vide item 2.3).

Ainda assim, o ativismo no jornalismo é frequentemente visto com ceticismo, pois é interpretado como uma ameaça à objetividade, um dos pilares da profissão. Mas o que muitos não percebem é que, ao adotar um “jornalismo de subjetividade”, por exemplo, a prática pode ser transformadora. A objetividade, assim, não reside apenas na neutralidade, mas nos métodos empregados para construir uma narrativa justa e precisa.

Javorski e Alencar (2023), destacam a análise de Hannah-Jones (2021) que diz que todo jornalista é, em certa medida, ativista, pois, ao se especializar em determinado assunto, ele inevitavelmente constrói opiniões sobre ele. O jornalismo, portanto, deve ter a missão de responsabilizar aqueles que estão em posições de poder, dando voz aos mais vulneráveis, e isso não é um ato neutro, mas ativo. Sua forma de ativismo, por exemplo, se manifesta tanto na escrita quanto na exposição de injustiças, com o entendimento de que o papel do jornalista não é apenas narrar fatos, mas também provocar mudanças sociais (Jones, 2021 *apud* Alencar; Javorski, 2023).

A proposta de um jornalismo ativista não desqualifica a profissão, mas amplia suas possibilidades, conectando-a com um compromisso social. A crítica que surge sobre a objetividade do jornalismo, portanto, não deve ser vista como uma contradição, mas como uma possibilidade de engajamento profundo com as questões sociais.

Portanto, pode-se concluir que, para alcançar um jornalismo mais ético e representativo, é necessário se aproximar de uma prática ativista, sem desqualificar essa abordagem. Essa perspectiva deve ser compreendida de forma a não considerá-la mais “contaminada” do que o jornalismo cotidiano, que está profundamente enraizado em lógicas econômicas e políticas e se encontra numa aprofundada crise de credibilidade e sustentabilidade (Moraes, 2019).

Na prática, a integração de princípios ativistas ao jornalismo tem demonstrado resultados notáveis, tanto no fortalecimento da credibilidade quanto na sustentabilidade financeira. Esse cenário foi evidenciado pelo estudo “Pontos de Inflexão Internacional” da

SembraMedia¹, realizado em 2021, que entrevistou quase 200 iniciativas nativas digitais na América Latina, Sudeste Asiático e África. Com 500 perguntas, a pesquisa explorou áreas como conteúdo jornalístico e impacto, liberdade de imprensa e segurança dos jornalistas, fontes de receita e despesas, estrutura e experiência das equipes, além do uso de redes sociais, tecnologia e inovação.

A partir dessas entrevistas, o SembraMedia verificou que as organizações de mídia digital têm conseguido promover mudanças políticas e sociais significativas, incluindo o aumento do envolvimento cívico, a realização de investigações criminais e até a demissão de funcionários públicos. Essas ações mostram a mobilização social e a promoção de *accountability* — conforme indicado por Prudêncio (2006) — que essas iniciativas têm proporcionado.

Quanto às suas abordagens, esses veículos fortalecem a função social do jornalismo ao fomentar o engajamento público em questões frequentemente negligenciadas pela mídia hegemônica. O estudo indica que cerca de 90% das iniciativas digitais cobrem temas de direitos humanos; mais de 70% abordam questões de gênero, mulheres e meio ambiente; enquanto 60% cobrem assuntos LGBTQIA+. Esse engajamento com pautas sociais e inclusivas reforça a proposta de um jornalismo mais representativo e próximo dos interesses públicos.

No que diz respeito ao modelo de negócios, o fato de metade das organizações nativas digitais brasileiras entrevistadas seguirem um modelo sem fins lucrativos pode explicar sua capacidade de aliar sustentabilidade e impacto social. Segundo o Institute for Nonprofit News², o formato sem fins lucrativos permite um maior investimento em excelência jornalística e compromisso com o serviço público, garantindo uma cobertura transparente, inclusiva e voltada para a comunidade. Esse modelo também assegura a independência editorial ao evitar a dependência de anunciantes, um aspecto essencial para a credibilidade.

Essas novas iniciativas adotam modelos financeiros diversificados, distantes do padrão publicitário da mídia tradicional. O SembraMedia identificou mais de 30 fontes de receita distintas, entre elas, subvenções de fundações privadas, utilizadas por 32% das iniciativas, e a produção de conteúdo para clientes fora da mídia, utilizada por 10%. Essa diversidade de fontes de receita oferece uma sustentabilidade mais robusta e alinha-se com a proposta de um jornalismo independente e voltado para o interesse social.

¹ Disponível em: <https://data2021.sembramedia.org/reportes/executive-summary/> - Acesso em: 31 out 2024.

² Disponível em: <https://inn.org/research/case-studies/> - Acesso em: 01 nov 2024.

O impacto das reportagens dessas iniciativas é amplamente reconhecido, com mais de 82% dos líderes de mídia entrevistados relatando que tiveram suas reportagens republicadas por outros veículos de comunicação. Esse dado aponta para o respeito e a confiança que o jornalismo produzido por esses veículos vem conquistando. Além disso, mais de 50% das iniciativas receberam prêmios locais ou nacionais, enquanto 25% foram reconhecidas em premiações internacionais, incluindo o Prêmio Gabo e o Pulitzer, demonstrando a excelência e o alcance de suas reportagens. Foi o caso do Radar Aos Fatos, uma iniciativa do Aos Fatos, desenvolvida para monitorar temas desinformativos nas redes sociais, que foi vencedor do Prêmio Gabo 2020 na categoria Inovação. Outras organizações de mídia entrevistadas, como o Malaysiakini, participaram dos Panamá Papers³ e, assim, compartilharam o Prêmio Pulitzer.

Alguns desses prêmios foram conquistados através de colaborações com outros empreendimentos de mídia, ilustrando o cenário de redes de apoio e cooperação entre veículos ativistas e tradicionais. Essa dinâmica confirma a visão de Prudêncio sobre o impacto das novas mídias, que estipula que as esferas públicas criadas pela internet desafiam e modificam os fluxos de informação da mídia tradicional. A autora destaca a visão de Bennet (2004) que já declarava que a internet cria esferas de contra-informação que enfraquecem a capacidade de gatekeeping dos meios de comunicação hegemônicos, oferecendo novas perspectivas que questionam e complementam as fontes oficiais.

O jornalismo ativista, portanto, emerge como uma resposta à crise da mídia tradicional, oferecendo um jornalismo ético, representativo e de interesse público, cujos resultados já são tangíveis e reconhecidos.

2.4. O papel das associações jornalísticas

Para compreender o desenvolvimento de iniciativas de jornalismo ativista e independente, é essencial explorar o papel de organizações que fomentam e apoiam essas produções. Nesse contexto, o Pulitzer Center destaca-se em nível global ao promover reportagens investigativas de grande impacto que abordam questões subnotificadas. No Brasil, a Associação de Jornalismo Digital (Ajour) exerce um papel semelhante. Este subtópico aborda essas duas organizações para entender como cada uma impulsiona o jornalismo independente em seus respectivos contextos.

³ Escândalo internacional que envolveu o vazamento de 11,5 milhões de documentos do escritório Mossack Fonseca, revelando o uso de offshores por líderes políticos, empresários e celebridades para ocultar patrimônio e evitar impostos. A investigação foi divulgada em 2016 pelo Consórcio Internacional de Jornalistas Investigativos (ICIJ).

Fundado em 2006 por Jon Sawyer, o Pulitzer Center opera como uma organização híbrida: produz reportagens próprias e colabora com veículos de comunicação para apoiar investigações aprofundadas em várias regiões do mundo. Sem fins lucrativos, o centro financia suas atividades com doações e parcerias globais, redistribuindo esses recursos para fortalecer a mídia independente. Atualmente, conta com uma rede de milhares de jornalistas e educadores em mais de 80 países e estabelece, como missão central, “defender o poder das histórias para tornar questões complexas relevantes e inspirar ações”. Essa visão revela o caráter mobilizador do Pulitzer Center, dedicado ao engajamento social e à divulgação de histórias pouco exploradas⁴.

O Pulitzer Center também se destaca pela abordagem focada em temas críticos e urgentes da atualidade. Suas áreas de foco abrangem desde questões ambientais e de saúde global até direitos humanos e inteligência artificial. Em todas essas frentes, a organização trabalha para trazer transparência financeira, governança ética e uma perspectiva de justiça social e racial, elementos transversais em toda a sua cobertura. Essas áreas de atuação revelam o compromisso da organização com uma visão de mundo que prioriza o impacto social, incentivando investigações que esclarecem desigualdades e promovem um entendimento mais aprofundado dos desafios contemporâneos.

Para entender o desenvolvimento do jornalismo ativista e independente no Brasil, é fundamental analisar o papel desempenhado pela Associação de Jornalismo Digital (Ajour). Atuando como uma rede colaborativa, a entidade cria oportunidades para empresas jornalísticas de diferentes tamanhos, formatos, orientações editoriais e regiões. A associação reúne organizações com o objetivo comum de promover um jornalismo que gere impacto positivo na sociedade e enfrente os desafios contemporâneos da comunicação, além de buscar fortalecer o campo jornalístico e defender uma imprensa mais livre, diversa e plural⁵.

Entre os principais objetivos da Ajour estão a promoção de um jornalismo de qualidade e interesse público, a defesa da liberdade de expressão e de imprensa e o fortalecimento do jornalismo digital. A organização funciona como um espaço de discussão e fortalecimento institucional, incentivando a colaboração entre suas associadas, a capacitação profissional e a inovação. Além disso, oferece suporte em segurança jurídica e digital, promove visibilidade para suas integrantes e cria condições para o exercício do jornalismo respeitando as especificidades de cada grupo. Em sua representação perante o poder público, amplia a voz do jornalismo independente no Brasil.

⁴ Disponível em: <https://pulitzercenter.org/about/our-mission-and-model> - Acesso em: 03 nov 2024.

⁵ Disponível em: <https://ajour.org.br/sobre-a-ajour/#historia> - Acesso em: 03 nov 2024.

Na prática, a Ajor apoia a profissionalização e o desenvolvimento de suas associadas por meio de parcerias, projetos, iniciativas de formação e espaços seguros para troca de experiências. Em 2023, já contava com 111 organizações beneficiadas por essas iniciativas e pela infraestrutura fornecida.

A entidade também disponibiliza, de forma aberta em seu *site*, diversos recursos voltados ao crescimento do jornalismo digital, como guias de financiamento, orientações estratégicas, pesquisas sobre desenvolvimento de produtos jornalísticos, mapeamentos de políticas públicas de apoio ao setor e análises sobre o perfil e impacto de suas associadas. Com esses serviços, consolida-se como um centro essencial para iniciativas de produção jornalística independente no Brasil, promovendo visibilidade e apoio a projetos inovadores comprometidos com o interesse público.

3. O *SUMAÚMA*

Ativista, independente, nativo digital e sem fins lucrativos, o *SUMAÚMA* – *Jornalismo do Centro do Mundo* destaca-se como uma das iniciativas mais bem-sucedidas dos “novos arranjos” jornalísticos (Nonato et al., 2018) no Brasil. Em apenas dois anos de existência, tem promovido transformações sociais significativas, pautando veículos de comunicação nacionais e internacionais e recebendo reconhecimento por meio de grandes premiações. Este capítulo propõe destrinchar esse veículo, discutindo os motivos para sua fundação, os desafios enfrentados e seu modelo de negócios. Para isso, foi feita uma análise do seu conteúdo (*site*, perfil no Apoia.se, redes sociais, *podcast* e *newsletter*); uma entrevista com uma de suas fundadoras, a jornalista Verônica Goyzueta, no dia 14 de novembro de 2024; e o estudo de uma aula de Eliane Brum para inscritos no curso “Jornalismo independente: Como desenvolver projetos jornalísticos sustentáveis”, da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji).

Com sede em Altamira, no Pará, o *SUMAÚMA* é uma plataforma trilingue de jornalismo, com seu conteúdo aberto e gratuito, disponível em português, inglês e espanhol. Fundado por Eliane Brum, Jonathan Watts, Verônica Goyzueta, Carla Jiménez e Talita Bedinelli, jornalistas com vasta experiência no jornalismo hegemônico, o veículo nasce como uma resposta crítica às convenções desse modelo, propondo um jornalismo ativista que se baseia na perspectiva dos povos amazônicos.

A identidade do *SUMAÚMA* é fundamentada na cobertura das mudanças climáticas, organizando sua produção de informação a partir de um *frame* (Prudêncio, 2006) ambientalista. Sua proposta editorial é clara: “nos posicionamos ao lado dos povos-floresta na linha de frente da guerra movida contra a natureza” (*SUMAÚMA*, 2022). Mais do que mobilizar a opinião pública, o veículo busca promover mudanças na prática jornalística de outros meios, principalmente o jornalismo hegemônico. Como apontado por Goyzueta: “nós começamos na Amazônia, mas a ideia é que esse conceito também possa ser replicado por nós em outros momentos, mas também por outros jornais” (Goyzueta, 2024)⁶.

O *SUMAÚMA* busca ainda alterar a cobertura de temas como economia, política e saúde, incorporando as questões ambientais em todas as áreas, de maneira a promover uma nova visão da sociedade sobre as relações com o meio ambiente. A proposta é que essa transformação contribua para a construção de formas de viver e perceber o mundo que se

⁶ Entrevista concedida à autora. Por Whatsapp. 14 de novembro de 2024

opõem ao sistema vigente, que ameaça a nossa sobrevivência. Como destacam os fundadores do veículo:

SUMAÚMA não é apenas uma plataforma de meio ambiente nem de jornalismo ambiental. Nossa compreensão dos mundos não é compartimentada: entendemos que a crise climática atravessa todos os temas e é assim que deve ser tratada pelo jornalismo. É um prisma abrangente e não apenas mais um tópico. Só podemos cobrir a brutalidade de uma minoria humana capaz de provocar uma extinção em massa de espécies e colocar suas próprias crianças em risco de um futuro hostil se compreendermos que a guerra contra a natureza é configurada pelas relações de poder determinadas por raça, gênero, classe e também espécie. A crise climática é causada pelas desigualdades e as amplia, na medida em que os mais afetados por ela são os indígenas e os pretos, as mulheres e as tantas espécies a caminho da extinção (SUMAÚMA, 2022, n.p.).

A localização de sua sede desempenha um papel central na produção do *SUMAÚMA*. Altamira é a maior cidade brasileira em extensão territorial e foi profundamente impactada pela construção da usina de Belo Monte. Para o *SUMAÚMA*, a cidade simboliza os principais problemas enfrentados pela Amazônia. A construção da hidrelétrica, planejada desde a ditadura militar para explorar a região, desconsiderou as populações locais, resultando em impactos profundos. Altamira tornou-se mais violenta, cresceu de forma desordenada e viu seus moradores ribeirinhos serem deslocados após a inundação de áreas ao longo do rio. Esses problemas tornam a cidade um microcosmo das questões críticas da Amazônia e justificam sua escolha como sede do veículo (Goyzueta, 2024).

Com isso, o *SUMAÚMA* busca reposicionar as centralidades, colocando a Amazônia e as periferias, como exemplificado em Altamira, no centro do interesse público. Esse posicionamento foi incorporado pelo *SUMAÚMA* do projeto "Amazônia Centro do Mundo", desenvolvido por Eliane Brum, que ressalta a importância da floresta amazônica não apenas para o Brasil, mas para o mundo, devido a sua função reguladora do clima. Essa perspectiva acentua que, apesar de um papel fundamental para a manutenção da sobrevivência humana, a Amazônia ainda é noticiada de forma marginalizada no próprio noticiário brasileiro, que, na maioria das vezes, opta por cobrir decisões políticas de outros países em vez de reportar as emergências ambientais na região. Diante desse cenário, o *SUMAÚMA* se propõe a inverter essa lógica, marginalizando os grandes centros econômicos e políticos: “periferia para nós é Washington, a periferia para nós é Nova York, a periferia para nós é a Faria Lima, que são aqueles ambientes onde o que importa são outras coisas que não a vida” (Goyzueta, 2024).

O *SUMAÚMA* surgiu também com a proposta de transcender seus próprios fundadores. Eles se veem como uma equipe-ponte, com o objetivo de, no futuro, deixar a redação sob o comando de jornalistas formados pelo *SUMAÚMA*. Nesse contexto, foi criado o

“Micélio”, um laboratório de jornalismo que visa à profissionalização de jornalistas-floresta — pessoas oriundas da Amazônia, tanto de povos indígenas quanto de comunidades periféricas urbanas. Este laboratório busca estabelecer uma troca de conhecimentos entre fundadores e comunidade, sendo um projeto de aprendizado mútuo. Organizam-se uma série de aulas e visitas com profissionais, como jornalistas e especialistas em áreas como segurança, além de contar com a participação de moradores da floresta. Ao final do projeto, cada participante entrega uma reportagem ou um trabalho jornalístico, selando, assim, a sua formação. A primeira edição do Micélio formou 14 jornalistas e a expectativa é que mais 8 se formem na segunda edição (Goyzueta, 2024).

Mesmo com um posicionamento claro e definido, o *SUMAÚMA* não abre mão da busca pela objetividade em seu trabalho jornalístico. Segundo Goyzueta (2024), a escolha de "ter um lado" não representa uma negação da objetividade, mas sim uma reafirmação do compromisso do jornalismo com as pessoas, especialmente em um contexto onde muitos veículos priorizam temas relacionados à economia e aos interesses de grandes corporações. Goyzueta exemplifica essa situação ao citar a cobertura da vitória de Donald Trump nas eleições dos Estados Unidos:

Por exemplo, um caso que está acontecendo agora é que o Trump ganhou a eleição nos Estados Unidos e o mercado, que é uma figura que a imprensa nomeia como se fosse um personagem central na cobertura, reage muito bem. Bitcoin subindo, as bolsas subindo e parece que os nossos jornais servem mais a isso que às pessoas. Então essa subida da bolsa ou esse aumento dos bitcoins não faz nenhuma mudança na vida das pessoas de verdade, só no mundo dos investidores (Goyzueta, 2024).

Nesse contexto, as críticas recebidas pela abordagem ativista do *SUMAÚMA* tornam-se, segundo a jornalista, inconsistentes, uma vez que, em sua visão, partem de veículos que praticam um ativismo voltado para o mercado. Goyzueta afirma:

Normalmente a gente tem visto essas críticas de jornais que estão mais interessados na cobertura da economia e menos nas pessoas, que republicam notícias que vêm das próprias empresas, que fazem muito jornalismo declaratório. Então, qual é o ativismo? Na minha perspectiva, o ativismo vem de outro lado. Quando você fala mais sobre coisas que interessam pouco para as pessoas e que interessam só pequenos grupos, qual que é o ativismo? (Goyzueta, 2024)

O modelo de negócios do *SUMAÚMA* se destaca por suas características singulares entre as iniciativas jornalísticas sem fins lucrativos no Brasil. Como veículo voltado ao jornalismo ativista e ambiental, ele enfrenta desafios financeiros significativos devido à complexidade de suas operações. A realização de reportagens profundas em diferentes regiões da Amazônia, muitas vezes remotas e de difícil acesso, eleva consideravelmente os custos de produção.

O financiamento do *SUMAÚMA* combina contribuições de leitores por meio do crowdfunding e o apoio de fundações filantrópicas. Até 2024, o crowdfunding conta com 1.329 apoiadores(as) mensais na plataforma Apoia.se, o que garante uma base de sustentação, embora ainda insuficiente para cobrir os altos custos das reportagens. Assim, o apoio filantrópico desempenha um papel crucial para viabilizar as operações do veículo. Goyzueta (2024) destaca que essas fundações não interferem na linha editorial, e que a meta do jornal a longo prazo é depender exclusivamente do suporte financeiro de seus leitores.

Além disso, o veículo recorre a campanhas pontuais para complementar sua arrecadação. No segundo aniversário da iniciativa, foi lançada uma campanha com a meta de arrecadar 500 mil reais, oferecendo contrapartidas como postais colecionáveis com imagens publicadas pelo veículo e aulas exclusivas com Eliane Brum e Jonathan Watts. Essas iniciativas não apenas auxiliam no financiamento, mas também estreitam os laços do jornal com seu público, promovendo maior engajamento dos apoiadores.

Embora não seja uma prática comum no jornalismo tradicional, a transparência no uso dos recursos se destaca no modelo de negócios do *SUMAÚMA*. O veículo comunica abertamente os custos de suas reportagens, evidenciando os desafios financeiros e logísticos enfrentados para realizar uma cobertura de profundidade na Amazônia. Conforme aponta o jornal:

Revelar o que as mulheres Yanomami sentem e sofrem com o garimpo, por exemplo, nos custou mais de 50 mil reais. Investigar como o assassino de Chico Mendes pretendia entrar na política em Medicilândia, outros 30 mil reais. Contar a vida, com ilustrações feitas à mão por uma artista amazônica, de um Ipê morto na Amazônia pelo desmatamento, mais de 20 mil. Fazer jornalismo de profundidade na Amazônia, jornalismo que vai lá, vê e escuta, jornalismo que bota o pé no chão, exige muito dinheiro (SUMAÚMA, 2024, n.p.).⁷

Essa abordagem reforça a relação de confiança com o público e valoriza a importância de sua missão jornalística. Ao detalhar os custos e desafios de produção, o *SUMAÚMA* legitima o apoio recebido e destaca seu compromisso com a responsabilidade editorial, consolidando sua credibilidade como uma iniciativa independente e inovadora.

3.1. Implementação da proposta institucional

O *SUMAÚMA* tem como proposta o resgate da credibilidade do jornalismo, abalada pela crise enfrentada pelo modelo tradicional. Durante um curso promovido pela Abraji para

⁷ Disponível

em: <https://apoia.se/sumaumajornalismo/contents/view/Financie-uma-reportagem-de-SUMAUMA-e-ganhe-um-curso-com-Eliane-Brum-e-Jonathan-Watts!-vB5SDpfsq?page=1#0> - Acesso em: 14 nov 2024.

inscritos, Eliane Brum destacou que uma das missões do veículo é implementar rigor na produção jornalística⁸. Com isso, o veículo busca em sua prática voltar a valorizar profissões como revisores, checadores e tradutores, que foram eliminadas em grandes corporações jornalísticas. A eliminação desses postos, segundo a jornalista, além de sobrecarregar os repórteres, comprometeu a qualidade e o cuidado com o conteúdo publicado. Nesse sentido, o *SUMAÚMA* propõe um "jornalismo de cuidado" e um "jornalismo de base", que contrasta com as plataformas de notícias de produção acelerada e foco em matérias curtas (Eliane Brum, Abraji, 2023). A estrutura operacional do *SUMAÚMA* reflete essa proposta. O veículo conta com uma equipe de aproximadamente 20 pessoas, que incluem editores, equipes de checagem, redes sociais e setor financeiro (Goyzueta, 2024).

As reuniões de pauta ocorrem semanalmente, com duração de duas a três horas, reunindo editoras e jornalistas para discutir pautas em andamento, propor novas ideias ou avaliar sugestões externas que estejam alinhadas à missão do veículo (Goyzueta, 2024).

O critério de noticiabilidade do *SUMAÚMA* é fortemente guiado pela denúncia de crimes contra a Amazônia e seus povos, o que coloca o veículo em uma posição de antagonismo com atores diretamente envolvidos em práticas ilegais, como grileiros⁹, garimpeiros¹⁰ e narcotraficantes¹¹. Essa abordagem, embora essencial para a missão do *SUMAÚMA*, eleva significativamente os riscos enfrentados pelos jornalistas da equipe. A atuação em uma região marcada por conflitos socioambientais e pela presença de figuras perigosas torna o exercício do jornalismo investigativo uma prática que exige medidas rigorosas de segurança.

Para proteger tanto os repórteres quanto as fontes, o *SUMAÚMA* desenvolve protocolos de segurança customizados para cada reportagem. Esses protocolos incluem desde análises de risco até a implementação de estratégias específicas, considerando as características de cada pauta e região. Goyzueta (2024) esclarece:

O jornalismo, principalmente nessa região que a gente está, está muito exposto a esse tipo de ameaças. E as reportagens que a gente faz, elas também são reportagens que vão a campo, o que sempre coloca a equipe numa posição de risco. Então, o

⁸ BRUM, Eliane. Aula no curso "Jornalismo independente: Como desenvolver projetos jornalísticos sustentáveis", promovido pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji), 2023

⁹ Disponível em:

https://www.google.com/url?q=https://sumauma.com/novo-progresso-mostra-como-forcas-poderosas-se-uniram-para-transformar-a-amazonia-em-pasto/&sa=D&source=docs&ust=1731848246615914&usg=AOvVaw0y7ReRsxYew7CGH5G_kjas - Acesso em: 15 nov 2024.

¹⁰ Disponível em: <https://sumauma.com/por-que-os-garimpeiros-comem-as-vaginas-das-mulheres-yanomami/> - Acesso em: 15 nov 2024.

¹¹ Disponível em: <https://sumauma.com/mineracao-ilegal-na-amazonia-equatoriana-financia-narcotraficantes/> - Acesso em: 15 nov 2024

SUMAÚMA tem protocolos de segurança e a cada reportagem é feita uma reunião. Para cada pauta que vai ao campo tem uma reunião de segurança onde se discute com quem vai, se faz todo o processo, toda análise, você verifica o protocolo, mas cada caso é um caso. Então cada cobertura tem suas características, tem sua região e tudo isso é estudado antes da pessoa viajar. E o protocolo é bastante rígido também, então tem uma equipe que vai a campo, mas tem equipe que acompanha e essa equipe acompanha diariamente e tem uma comunicação diária com as pessoas que estão viajando. Então, é um processo o mais seguro possível, porque quanto mais você prepara o processo menos riscos você corre (Goyzueta, 2024).

Sua vertente investigativa é marcante, mas não exclusiva. Além das denúncias dos crimes que assolam a Amazônia, o *SUMAÚMA* cobre histórias que promovam a valorização da cultura da floresta. Conforme explicado por Goyzueta (2024), há espaço para histórias mais simples ou que não carregam um tom de denúncia, mas que ainda assim sejam significativas para dar visibilidade à realidade amazônica:

A gente trabalha muito com jornalismo de investigação, mas ao mesmo tempo a gente também busca histórias contadas da Amazônia, então às vezes uma história, não necessariamente, ela precisa ser uma grande investigação. A gente pode ter histórias mais simples, ou histórias que não são necessariamente uma denúncia, que é o caso, por exemplo, das matérias de alumbramento. Mas são os assuntos que partem da Amazônia, basicamente, ou que acabam afetando o seu rumo, são esses nossos assuntos (Goyzueta, 2024).

Outro aspecto crucial para a implementação da proposta institucional do *SUMAÚMA* é a escolha das fontes. O veículo prioriza vozes ligadas diretamente à floresta, como povos indígenas, comunidades amazônicas e fontes relacionadas à natureza de forma geral. Essa abordagem busca ecoar as perspectivas daqueles que vivem e cuidam da Amazônia, reforçando a autoridade dessas fontes no debate público e a centralidade que lhes é atribuída dentro da narrativa jornalística.

Ao adotar essa postura, o *SUMAÚMA* não apenas reafirma seu compromisso com a denúncia e a valorização cultural da Amazônia, mas também se estabelece como um veículo diferenciado, que alia profundidade, rigor e uma perspectiva centrada na vida e na floresta.

A produção jornalística do *SUMAÚMA* é marcada pela diversificação de formatos, refletindo a busca do veículo por inovação e acessibilidade em sua abordagem. Os conteúdos produzidos pelo veículo estão disponíveis em seu *site* oficial, nas redes sociais, em seus *podcasts* e na *newsletter*. Essa pluralidade não apenas amplia o alcance do veículo, mas também promove maior engajamento com diferentes públicos.

O *site* desempenha um papel central na estratégia do *SUMAÚMA*, funcionando como uma plataforma que reúne e organiza suas diversas produções. Por meio dele, o público pode acessar matérias aprofundadas, conectar-se às redes sociais do veículo, visitar o perfil no

Apoia.se para realizar doações, acompanhar os *podcasts* no Spotify e inscrever-se na *newsletter*. Sobre essa estrutura multifacetada, Goyzueta (2024) afirma:

O formato central é o *site*, a plataforma que a gente criou, mas a plataforma traz outras coisas. Então a gente tem um trabalho importante em redes sociais e, como a gente também está em uma fase de experimentação, a gente busca também criatividade nos formatos. Então a gente está sempre fazendo experiências. O texto é o nosso ponto principal, o grande texto, a grande reportagem, a literatura, o texto narrativo, mas a gente anda por outras áreas também. A gente fez algumas experiências e vamos continuar provavelmente experimentando esses outros formatos, buscando coisas diferentes (Goyzueta, 2024).

Logo ao acessar o *site*, o internauta encontra uma interface funcional e interativa, com botões que permitem a escolha do idioma, acesso ao manifesto do SUMAÚMA, inscrição na *newsletter*, doações via Apoia.se e participação na lista de transmissão no WhatsApp. Além disso, as últimas matérias publicadas são exibidas em destaque, facilitando o acesso ao conteúdo mais recente.

A navegação pelo *site* revela uma organização editorial que se afasta do modelo tradicional, com editorias que buscam criatividade e inovação. Entre elas estão: Alumbramento, Amazonário, Colapso, Diário de Guerra, Direitos da Natureza, Entrevista, Futuro Ancestral, Genocídio Yanomami, Guariba, Insustentáveis, Literatura, Mais-que-humanes, Manifesto, Micélio, Nossa Voz, Planeta em Colapso, Reportagem, ReXistência, Sementear, Viviário, Vozes da Floresta. Essas categorias não apenas sintetizam o escopo temático do veículo, mas também reforçam seu compromisso com um jornalismo que valoriza a Amazônia e seus povos. Conforme ressaltado por Goyzueta (2024): “A gente pensou as editorias tentando pensar em um outro modelo de jornal, de um outro modelo de *site*, um outro modelo de ver o jornalismo e tentando buscar alguma criatividade também.”

Nesse contexto a editoria “Guariba” chama atenção. Ela se trata de histórias em quadrinhos, que contam histórias da Amazônia, a partir da “jornada de um macaco guariba enquanto ele explora sua casa-floresta e tenta entender os humanos que o ameaçam”¹². Produzido pelo quadrinista Pablito Aguiar, poeta ribeirinha Raimunda Tutanguira e o jornalista e escritor Jonathan Watts.

Mesmo com uma abordagem experimental, o *site* já apresenta resultados significativos: até 2024, o SUMAÚMA teve 944.000 visitantes únicos e 1,8 milhão de visualizações de página¹³. Esses dados indicam não apenas a relevância do SUMAÚMA no

¹² Disponível em: <https://sumauma.com/category/guariba/> - Acesso em: 15 nov 2024.

¹³ GOYZUETA, Verônica. Entrevista por WhatsApp, 14 nov 2024.

cenário jornalístico brasileiro, mas também a eficácia de sua estratégia em construir uma plataforma que alia inovação, cuidado e engajamento.

A diversificação dos canais de comunicação e a adaptação de conteúdos para diferentes plataformas são marcas fundamentais da atuação do *SUMAÚMA*. Com o objetivo de ampliar seu alcance e fortalecer a relação com o público, o veículo mantém perfis ativos em redes sociais como Twitter¹⁴, Facebook¹⁵, LinkedIn¹⁶, Instagram¹⁷, YouTube¹⁸ e TikTok¹⁹. Nessas plataformas, as reportagens são adaptadas e retransmitidas, alcançando mais de 137 mil seguidores somados. Além disso, o *SUMAÚMA* estabelece um canal de comunicação direta com seus leitores por meio de uma lista de transmissão no WhatsApp, que conta atualmente com 1.390 seguidores²⁰.

Outra vertente importante na estratégia multiplataforma do *SUMAÚMA* é o formato de *podcast*, implementado em duas frentes distintas. A primeira é o “Vozes do Micélio”²¹, que serve como espaço para a publicação de produções criadas por jornalistas-floresta formados no laboratório de jornalismo “Micélio”. A segunda é a “Rádio SUMAÚMA”²², um *podcast* idealmente publicado de forma quinzenal, que apresenta os bastidores e análises das reportagens divulgadas no *site* e na *newsletter* do *SUMAÚMA*. Esta iniciativa é fruto de uma parceria entre a Rede Wayuri e o *SUMAÚMA*, com produção realizada pela produtora Vem de Áudio.

Complementando essa abordagem, o *SUMAÚMA* utiliza o formato de *newsletter*, que é enviada quinzenalmente aos inscritos. Com dois anos de existência, a *newsletter* já acumula mais de 5 mil assinantes²³, consolidando-se como uma ferramenta essencial para a disseminação das reportagens e o fortalecimento do vínculo com o público.

Essas estratégias diversificadas permitem ao *SUMAÚMA* não apenas alcançar um público maior, mas também adaptar suas mensagens às especificidades de cada meio, promovendo um jornalismo mais acessível e engajado.

O trabalho inovador e disruptivo realizado pelo *SUMAÚMA* tem conquistado destaque no cenário jornalístico, sendo amplamente reconhecido por sua excelência e impacto. Em

¹⁴ Disponível em: <https://x.com/sumaumajornal> - Acesso em: 15 nov 2024.

¹⁵ Disponível em: <https://www.facebook.com/sumaumajornalismo/> - Acesso em: 15 nov 2024.

¹⁶ Disponível em: <https://www.linkedin.com/company/sumauma-jornalismo> - Acesso em: 15 nov 2024.

¹⁷ Disponível em: <https://www.instagram.com/sumaumajornalismo/> - Acesso em: 15 nov 2024.

¹⁸ Disponível em: <https://www.youtube.com/@sumaumajornalismo2849> - Acesso em: 15 nov 2024.

¹⁹ Disponível em: <https://www.tiktok.com/@sumaumajornalismo?lang=pt-BR> - Acesso em: 15 nov 2024.

²⁰ Disponível em: <https://www.whatsapp.com/channel/0029VaemUNgBVJl34V1D5i41> - Acesso em: 15 nov 2024.

²¹ Disponível em: <https://open.spotify.com/show/2rvnn8Tbwu2i4u4ypvS8LG> - Acesso em: 15 nov 2024.

²² Disponível em: <https://open.spotify.com/show/5Ur9stVmwDmC04hngdNPVc> - Acesso em: 15 nov 2024.

²³ GOYZUETA, Verônica. Entrevista por WhatsApp, 14 nov 2024.

apenas dois anos de existência, o veículo acumulou 12 premiações nacionais e internacionais, o que reflete a relevância de sua proposta editorial voltada para a denúncia de crimes contra a Amazônia e seus povos.

Entre os reconhecimentos recebidos pelo *SUMAÚMA*, destaca-se a menção honrosa no Prêmio Vladimir Herzog, uma das mais importantes premiações de direitos humanos no Brasil. Essa distinção foi conferida à reportagem “Os defensores não defendidos”²⁴, que trouxe à tona como a violência persiste no Assentamento Dorothy Stang, em Anapu, no Pará, mesmo após 19 anos do assassinato da missionária estadunidense que deu nome ao local. A narrativa destacou a vulnerabilidade de defensores ambientais que continuam enfrentando ameaças diárias em sua luta por justiça.

Outro prêmio de grande prestígio foi o Prêmio Latino-Americano de Jornalismo Investigativo Javier Valdéz, concedido ao projeto “Insustentáveis”²⁵. Essa série investigativa revelou como multinacionais promovem a destruição da Amazônia à margem das leis brasileiras, denunciando práticas ilegais e impactos devastadores na floresta e nas comunidades locais.

Sobre a importância de receber essas premiações, Goyzueta (2024) destaca:

Os prêmios são importantes porque eles ajudam a mostrar um pouco o trabalho que a gente está fazendo. Quando vem um prêmio, é sempre um momento para voltar a colocar a matéria na pauta, talvez fazer as pessoas lerem, porque, às vezes, as matérias podem ter um tempo. Por mais que elas continuem na plataforma, elas, às vezes, deixam de ser lidas. Então, às vezes, esses prêmios destacam, trazem à tona de novo algumas histórias que tinham ficado ali, meio que engavetadas na internet. Então, isso ajuda, e é um reconhecimento sempre de que a gente está indo por um caminho que é importante. Mas não é objetivo central; é uma consequência de um trabalho (Goyzueta, 2024).

É com uma proposta inovadora, alinhada com as necessidades e formas de produção e consumo do jornalismo contemporâneo, que o *SUMAÚMA* se estabelece como uma das iniciativas mais bem-sucedidas do jornalismo ativista. O veículo se diferencia do jornalismo hegemônico ao combinar uma abordagem crítica e descolonizadora (Moraes, 2019), com um forte compromisso com a objetividade, sem abrir mão de sua identidade e posicionamento claros em relação às questões que envolvem os povos indígenas e as comunidades amazônicas (Prudêncio, 2006).

Ao centralizar o interesse público na Amazônia, o *SUMAÚMA* propõe uma reconfiguração das narrativas hegemônicas, funcionando como uma verdadeira plataforma de resistência, cuja principal missão é dar voz àqueles que tradicionalmente são silenciados. Ao

²⁴ Disponível em: <https://sumauma.com/os-defensores-nao-defendidos/> - Acesso em: 15 nov 2024.

²⁵ Disponível em: <https://sumauma.com/category/insustentaveis/> - Acesso em: 15 nov 2024.

fazer isso, o *SUMAÚMA* se alinha à ideia de "cultura de oposição" (Downing, 2002), desestabilizando as estruturas de poder. Sua linguagem e diversificação de formatos, buscam não apenas informar, mas engajar diferentes públicos, aproximando-os da realidade dos povos amazônicos (Prudêncio, 2006).

Embora enfrente desafios estruturais e financeiros, especialmente devido à complexidade de sua atuação em uma região de difícil acesso, o modelo sem fins lucrativos do *SUMAÚMA* demonstra que é possível manter a qualidade das produções jornalísticas enquanto se preserva a independência editorial. Independência, esta, que não apenas garante a liberdade de atuação, mas também contribui para restaurar a credibilidade do jornalismo.

Por fim, o *SUMAÚMA* se configura como uma proposta revolucionária, não apenas por sua capacidade de enfrentar poderosas forças de destruição ambiental e social, mas também por sua habilidade em criar novas formas de relação com seu público, resgatando a confiança na prática jornalística. Dessa forma, o veículo não só muda a forma como o mundo vê a Amazônia, mas também dissemina uma cultura de resistência e renovação.

4. *SUMAÚMA* vs *Folha de S. Paulo*: A cobertura do genocídio Yanomami

Para compreender as principais características que diferenciam uma cobertura ativista de uma cobertura de jornalismo hegemônico, este trabalho se propôs a selecionar, categorizar e analisar matérias do *SUMAÚMA* e da *Folha de S. Paulo* sobre um mesmo tema. A *Folha de S. Paulo* foi selecionada como representante do jornalismo hegemônico por sua longa trajetória no Brasil — mais de um século de existência —, por ser gerida por uma estrutura familiar (a família Frias), e por ser o jornal brasileiro com maior número de assinantes, de acordo com o Instituto Verificador de Comunicação (IVC)²⁶.

Quanto ao tema analisado, foi escolhida a “Crise Yanomami”, uma emergência humanitária envolvendo povos indígenas da Amazônia classificada como “genocídio” por especialistas como a advogada Luiza Greenhalgh Jungmann²⁷. Para a concepção deste trabalho, aceito essa classificação, que está apoiada no artigo 6º do Estatuto de Roma, de 1998, que criou o Tribunal Penal Internacional, ao qual o Brasil aderiu. Este artigo estabelece o crime de genocídio em casos em que há “sujeição intencional do grupo a condições de vida com vista a provocar a sua destruição física, total ou parcial” (*Estatuto de Roma*, 1998, art. 6), o que se confirmou no caso dos Yanomami. A invasão de garimpeiros na região, que, entre outros crimes, chegaram a incendiar um posto de saúde indígena²⁸, e a revelação de que o governo Bolsonaro ignorou 21 ofícios com pedidos de socorro aos Yanomami²⁹ são exemplos do cenário descrito pelo Estatuto.

A crise veio a público em janeiro de 2023, a partir de uma denúncia do *SUMAÚMA*, o que motivou o presidente Lula, recém-empossado, a visitar a região com sua equipe ministerial para tomar medidas emergenciais. Essa denúncia também levou à abertura de um inquérito pela Polícia Federal para investigar os crimes de genocídio e omissão de socorro pelo governo de Jair Bolsonaro, e resultou ainda em acusações no Tribunal Penal Internacional (TPI).

²⁶ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2024/01/folha-confirma-lideranca-em-assinaturas.shtml#:~:text=Jornal%20fecha%202023%20com%20797%20mil%20exemplares%20di%C3%A1rios%20pagos%2C%20segundo%20o%20IVC&text=A%20Folha%20%C3%A9%20o%20maior,dos%20dois%20principais%20concorrentes%20nacionais> - Acesso em: 12 nov 2024.

²⁷ Disponível em:

<https://www.conjur.com.br/2024-nov-03/ecocidio-e-genocidio-privados-na-terra-indigena-yanomami/> - Acesso em: 12 nov 2024.

²⁸ Disponível em: <https://sumauma.com/nao-estamos-conseguindo-contar-os-corpos/> - Acesso em: 12 nov 2024.

²⁹ Disponível em:

<https://sumauma.com/governo-bolsonaro-diminuiu-acompanhamento-medico-quando-metade-das-criancas-yanomami-estava-desnutrida/> - Acesso em: 12 nov 2024.

A metodologia escolhida para a seleção de categorias de análise foi a de forma, uma abordagem fundamentada no trabalho de Bardin no livro *Análise de conteúdo* (1977), que permite uma investigação criteriosa dos textos, facilitando a identificação e classificação de categorias específicas. Essa metodologia sustenta uma comparação sistemática entre os veículos a partir de aspectos como estilos narrativos e estratégias jornalísticas, destacando tanto as semelhanças quanto as diferenças na cobertura.

A análise segue um método dedutivo, com categorias de análise previamente definidas que orientam a codificação dos textos. Entre as categorias selecionadas estão: “fontes utilizadas”, “tipos de narrador”, “gêneros jornalísticos”, “enquadramento”, “diversidade e representatividade nas fontes”, “uso de subjetividade e objetividade”, “técnicas de entrevista e pesquisa”, “ativismo e militância jornalística”, “presença de discurso de resistência ou descolonizador”, e “uso de recursos multimídia ou interatividade”.

A escolha das categorias se baseia em seu potencial para proporcionar uma compreensão detalhada das diferenças e semelhanças nas abordagens dos veículos sobre um mesmo tema. A categoria “Fontes Utilizadas” avalia a diversidade e a credibilidade das informações, observando se os veículos recorrem a fontes oficiais, oficiosas, testemunhais, documentais, secundárias, etc., conforme Lage (2010). Em “Tipos de Narrador”, a análise investiga se a narrativa é construída em primeira ou terceira pessoa, um aspecto que, segundo Lage (2010), é fundamental para a construção da relação entre jornalista e público. Na categoria “Gêneros Jornalísticos”, são aplicadas as classificações de Melo (2016), que analisam a estrutura das matérias, como reportagem, notícia, crônica e entrevista, permitindo identificar diferentes enfoques e as funções de cada gênero jornalístico. O “Enquadramento (Framing)” examina quais elementos são destacados ou minimizados na cobertura, verificando se o foco está nas consequências sociais, políticas ou econômicas e como os veículos enfatizam ou silenciam certos aspectos da notícia, o que influencia a interpretação pública. Nesse sentido, Lage (2010) argumenta que essa escolha pode refletir vieses ideológicos e sociais.

Já “Diversidade e Representatividade nas Fontes” examina a inclusão de diferentes vozes e experiências, observando como se refletem questões de raça e gênero, conforme discutido por Moraes (2019). O “Uso de Subjetividade e Objetividade” estuda o equilíbrio entre uma narrativa objetiva e subjetiva, que, segundo Moraes (2019), pode funcionar como estratégia de inclusão, criando narrativas mais humanizadas, que retratam com profundidade as vozes e vivências dos envolvidos. As “Técnicas de Entrevista e Pesquisa” são analisadas com base nas diretrizes de Lage (2010), que explora as abordagens de apuração e sua

influência na qualidade da informação. A categoria “Ativismo e Militância Jornalística” investiga a postura ativista dos veículos, apoiando-se em Prudêncio (2006), que trata da mídia como um agente de mobilização social. “Discurso de Resistência ou Descolonizador” avalia se os textos desafiam discursos hegemônicos, uma reflexão abordada por Moraes (2019) e Downing (2002), sobre o papel do jornalismo na promoção de narrativas marginalizadas. Por fim, o “Uso de Recursos Multimídia ou Interatividade” é verificado com base em Prudêncio (2006), que discute a importância desses elementos para engajar o público no contexto digital.

Na seleção da amostragem, seguiu-se o critério de temporalidade proposto por Bardin (1977), escolhendo matérias publicadas nos meses de janeiro de 2023, momento da eclosão da crise Yanomami, e janeiro de 2024, quando a crise completou um ano. A seleção de matérias também utilizou o critério de recorrência, identificando diferentes abordagens sobre o mesmo tema ao longo do tempo, e de representatividade, incluindo gêneros jornalísticos variados, conforme o modelo de Melo (2016). Dessa forma, foram analisadas cinco reportagens, três artigos, dois editoriais e uma entrevista do *SUMAÚMA*, e seis reportagens, dois editoriais, um artigo, uma coluna e uma notícia da *Folha de S. Paulo*. Ao todo, 11 matérias de cada veículo foram selecionadas, um número que permite uma análise detalhada, significativa e viável.

Vale ressaltar que a quantidade de publicações de cada veículo no período analisado difere em função dos seus perfis editoriais: enquanto a *Folha de S. Paulo* tem maior produção, o *SUMAÚMA* dedica-se a um tratamento mais aprofundado dos textos. Além disso, se destaca o fato de que o conteúdo do *SUMAÚMA* é totalmente aberto e gratuito, enquanto a *Folha* utiliza o *paywall*, um modelo de monetização que restringe o acesso a conteúdos digitais, liberando-os apenas para assinantes.

A aplicação prática do método dedutivo de Bardin (1977), com categorias estabelecidas previamente, orienta a leitura e a codificação dos textos para uma análise estruturada e precisa. Durante a leitura, aspectos como tipo e frequência de fontes, estrutura narrativa e tom do texto são classificados conforme as categorias, assegurando consistência e viabilizando uma comparação aprofundada. Após a codificação, os textos de cada veículo são comparados, identificando-se divergências e pontos em comum. Esse processo permite uma investigação minuciosa, revelando as escolhas editoriais e as particularidades das abordagens dos veículos em suas produções jornalísticas.

A seguir, o resultado da análise:

A primeira matéria sobre o genocídio Yanomami foi publicada em 20 de janeiro de 2023, com o título “Não estamos conseguindo contar os corpos”. Trata-se de um furo jornalístico do *SUMAÚMA*, que, por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI), obteve

dados sobre o aumento de mortes de crianças indígenas de até 5 anos por doenças tratáveis. Os números revelaram que, em quatro anos, 570 crianças morreram devido a malária, desnutrição, verminoses, pneumonia e diarreia. A reportagem também destaca que, durante esse período, o território Yanomami enfrentou um apagão estatístico por parte do Estado, indicando que o número real de mortes pode ser ainda maior. Para compensar essa lacuna de dados oficiais, a matéria usa informações fornecidas pelos próprios indígenas, ajudando a dimensionar a gravidade da crise. Nesse contexto, o título reforça ainda mais a narrativa dos fatos.

A reportagem foi publicada nas editoriais “Diário de Guerra” e “Genocídio Yanomami” e é assinada por Ana Maria Machado, Talita Bedinelli e Eliane Brum. Cita diretamente seis fontes, sendo quatro delas fontes oficiosas-testemunhais — uma classificação de Lage (2010) que se refere a pessoas ligadas a uma entidade ou indivíduo, mas sem autorização para falar oficialmente e a pessoas que presenciaram a situação. Neste caso, tratam-se de dois profissionais de saúde e dois trabalhadores do censo que estiveram nas aldeias. A reportagem também cita diretamente Mateus Sanõma, uma liderança indígena, e menciona o contato com outros líderes indígenas que não são nomeados. Além disso, foi ouvido um representante do governo Lula sobre as medidas emergenciais planejadas.

Para ilustrar o drama vivido pelos Yanomami, a reportagem utiliza 11 fotografias que foram selecionadas e aprovadas pelas lideranças indígenas, com o objetivo de denunciar suas condições sem desprezar a cultura e a dignidade dos povos retratados. A sensibilidade ao solicitar essa curadoria dos próprios Yanomami, reconhecendo a importância cultural das imagens para eles, revela uma prática permeada de subjetividade e respeito à alteridade.

A escolha das fontes e o pedido de permissão para publicação das imagens evidenciam também uma abordagem descolonizadora, que valoriza as tradições indígenas e ressalta que essa decisão foi tomada em respeito às suas práticas culturais.

A reportagem é escrita em terceira pessoa, o que imprime um certo distanciamento ao relato. Além disso, apresenta um infográfico comparativo do número de mortes nos governos Temer e Bolsonaro. Como técnicas de apuração, as jornalistas utilizaram entrevistas e análise de documentos. Essas características mostram que, embora adote princípios ativistas, o *SUMAÚMA* mantém referências à prática jornalística tradicional.

Percebe-se também que o texto oferece um panorama da crise sem se furtar de apontar a responsabilidade do governo Jair Bolsonaro. Nesse sentido, o jornal assume uma posição ao caracterizar sua administração como “extremista de direita” e o seu legado na saúde indígena como um “descaso deliberado” (SUMAÚMA, 2023).

Foi com foco nas consequências sociais que o *SUMAÚMA* publicou sua primeira matéria sobre a crise Yanomami. A atenção dedicada a uma narrativa centrada na perspectiva dos principais impactados é notável e está alinhada às proposições de Lage (2010), que afirma que, para o bom jornalismo, é indispensável ouvir as pessoas diretamente afetadas pela história. Ao priorizar fontes testemunhais e atribuir maior credibilidade aos dados fornecidos pela comunidade indígena em comparação com os dados do governo federal, o jornal adota uma postura decolonial, subjetiva e representativa. Ao mesmo tempo, busca a objetividade, mas uma objetividade situada, nos moldes de Donna Haraway (Moraes, 2019).

A primeira matéria publicada pela *Folha de S. Paulo* sobre o genocídio Yanomami, “Lula fala em 'situação desumana' e anuncia auxílio a yanomamis em Roraima”³⁰, foi veiculada na editoria “Cotidiano” em 21 de janeiro de 2023. A reportagem recorre a quatro fontes oficiais (Lage, 2010), incluindo o presidente Lula, o Conselho Indígena de Roraima (CIR), a ministra da Saúde, Nísia Trindade, a ministra dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara, e o então ministro da Justiça, Flávio Dino. Nenhum indígena Yanomami foi ouvido. A matéria adota uma perspectiva política, centrando-se nas ações do governo Lula frente à crise, sendo redigida na terceira pessoa. Há uma clara ausência de diversidade nas fontes consultadas, todas provenientes de instituições oficiais, sem a presença de representantes das próprias comunidades afetadas. Além disso, o jornal comete um equívoco ao utilizar o termo “Fundação Nacional do Índio”, uma nomenclatura estigmatizante amplamente questionada e abandonada por movimentos indígenas, em vez de adotar o nome correto e atual da Funai, “Fundação Nacional dos Povos Indígenas”.

A matéria não revela o uso perceptível de subjetividades; ela se configura principalmente como uma reprodução das falas de diversos setores do governo. Assim, pode ser caracterizada como uma expressão do Jornalismo Declaratório (Araújo, 2023), pois não há uma investigação aprofundada ou uma contextualização crítica. O jornalista assume uma postura passiva, limitando-se a retransmitir as declarações sem questioná-las ou explorar as implicações das afirmações feitas. Embora a técnica de apuração envolva entrevistas, fica evidente que a matéria é, em grande parte, marcada pela simples reprodução das falas de fontes oficiais.

Ao longo de janeiro de 2023, o *SUMAÚMA* publicou mais três reportagens. Em 21 de janeiro, o *site* publicou, na editoria “Diário de Guerra/Genocídio Yanomami”, a matéria

³⁰ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/lula-fala-em-situacao-desumana-e-anuncia-auxilio-a-yanomamis-em-roraima.shtml> - Acesso em: 12 nov 2024.

“Governo declara situação de emergência e envia Força Nacional do SUS ao território Yanomami”³¹, abordando a resposta do governo federal à crise Yanomami. Embora a matéria tenha consultado exclusivamente fontes oficiais, ao contrário da reportagem da *Folha de S. Paulo*, ela se concentra nas consequências sociais das medidas adotadas pelo governo de Lula.

É possível identificar, por meio do uso de adjetivos, o posicionamento crítico do *SUMAÚMA* em relação ao governo Bolsonaro, especialmente ao retomar a responsabilidade do ex-presidente no incentivo e na não-repressão ao garimpo ilegal, uma das principais causas da crise Yanomami. Além disso, o jornal adota uma postura de mobilização, sempre alinhando-se com os interesses dos povos indígenas e tentando envolver seus leitores na luta pela justiça social. Embora o *SUMAÚMA* reconheça a resposta imediata do governo federal à crise como positiva, o que evidencia o uso de subjetividade, a abordagem ainda mantém um foco crítico, especialmente em relação às administrações anteriores.

As técnicas de apuração, como a análise de documentos e entrevistas, mostram o esforço do jornal em buscar uma certa objetividade. Essa mescla entre objetividade e subjetividade se torna ainda mais evidente na alternância do narrador entre a primeira e a terceira pessoa, refletindo a tensão entre a busca pela imparcialidade e o posicionamento editorial do veículo.

Escrita em terceira pessoa, a matéria “Genocídio Yanomami gera primeiro movimento humanitário de reconstrução do Brasil”³² apresenta uma nova perspectiva sobre a crise ao narrar a história dos profissionais de saúde que se voluntariaram para integrar a Força Nacional do SUS e atuar no território Yanomami, após as denúncias de descaso publicadas pelo *SUMAÚMA*. Esta é a primeira vez que o veículo utiliza o termo “genocídio” em suas reportagens sobre a crise Yanomami.

O texto cita cinco fontes testemunhais e duas fontes oficiais, adotando um método de apuração que combina análise documental e entrevistas. Tem um posicionamento definido ao atribuir a responsabilidade da crise ao governo Bolsonaro, e atribui como consequência da sua gestão a “destruição dos laços de comunidade e solidariedade”. Além disso, o uso da subjetividade se faz presente na seleção dos depoimentos relatados em discurso direto, que se posicionam sobre controvérsias como o envolvimento da vice-presidente do Conselho Federal de Medicina na tentativa de golpe de 8 de janeiro.

³¹ Disponível em:

<https://sumauma.com/governo-declara-situacao-de-emergencia-e-envia-forca-nacional-do-sus-ao-territorio-yanomami/> - Acesso em: 12 nov 2024.

³² Disponível em: <https://sumauma.com/genocidio-yanomami-movimento-humanitario-reconstrucao-brasil/> - Acesso em: 12 nov 2024.

A tentativa de mobilização social é ainda mais evidente nesta reportagem, com orientações claras sobre como os leitores podem se voluntariar para a Força Nacional do SUS e fazer doações aos Yanomami. O engajamento e a interatividade com o público no ambiente digital também são reforçados pelo uso de hiperlinks, facilitando o acesso a informações adicionais.

A reportagem “Governo Bolsonaro diminuiu acompanhamento médico quando metade das crianças Yanomami estava desnutrida”³³ representa mais um furo jornalístico do *SUMAÚMA* sobre a crise Yanomami. Com dados exclusivos obtidos pelo veículo, a matéria revela que, enquanto o número de crianças indígenas em situação de desnutrição atingia níveis recordes, o governo do ex-presidente Bolsonaro reduzia o acompanhamento médico e ignorava os 21 ofícios de pedido de ajuda enviados à comunidade, configurando sua atuação como genocida.

Publicada em 26 de janeiro de 2023, a reportagem consultou fontes oficiais, testemunhais e secundárias (especialistas), além de recorrer à análise do censo do IBGE e a relatórios produzidos por especialistas enviados ao local. A matéria também fez uso de hiperlinks como recurso de interatividade e incorporou um infográfico para ilustrar a problemática, demonstrando uma preocupação em diversificar as fontes e representar adequadamente as pessoas ouvidas, sem abrir mão dos princípios tradicionais da prática jornalística.

Na análise da cobertura da *Folha de S. Paulo*, por sua vez, foram selecionadas três reportagens publicadas em janeiro de 2023. A matéria “Entenda a crise de saúde Yanomami, que levou o governo a decretar emergência”³⁴, publicada em 21 de janeiro, é escrita em terceira pessoa e consulta fontes oficiais (Lula, Nísia Trindade, Polícia Federal), além de recorrer a fontes documentais, como o Sistema de Informações da Atenção à Saúde Indígena (Siasi) e levantamentos da Associação Yanomami Hutukara e da Associação Wanasseduume Ye'kwana. Embora a reportagem utilize dados de organizações indígenas, ela não ouve nenhum representante dessas comunidades diretamente.

³³ Disponível em:

<https://sumauma.com/governo-bolsonaro-diminuiu-acompanhamento-medico-quando-metade-das-criancas-yanomami-estava-desnutrida/> - Acesso em: 12 nov 2024.

³⁴ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2023/01/entenda-a-crise-de-saude-yanomami-que-levou-o-governo-a-decretar-emergencia.shtml> - 12 nov 2024.

Já a reportagem “PT vê genocídio contra Yanomamis e acusa Bolsonaro e Damares, que negam omissão”³⁵, publicada em 22 de janeiro de 2023, coloca em discussão a responsabilidade do governo Bolsonaro pela emergência sanitária vivida pelos Yanomami. No entanto, o jornal se abstém de classificar a crise como um ato genocida, apesar das evidências que se alinham com a definição legal de genocídio, conforme o Estatuto de Roma. A matéria relata que Lula e membros do PT entraram com uma representação para a condenação de Bolsonaro e Damares, e menciona o debate sobre a classificação da crise, mas evita afirmar categoricamente que se trata de um crime dessa natureza. Além disso, em relação às acusações contra Bolsonaro e Damares, o jornal dá mais destaque às declarações dos acusados e não busca a opinião de especialistas em direito sobre o caso, limitando-se a reproduzir declarações, o que caracteriza mais uma vez a prática do Jornalismo Declaratório. Outra falha significativa do veículo é o uso continuado de um termo inadequado ao se referir à Funai, o que revela uma falta de sensibilidade, característica do jornalismo hegemônico, na representação das alteridades.

A reportagem “Yanomamis pediram internet em visita em 2021, diz Bolsonaro”³⁶ é mais um exemplo das limitações do jornalismo hegemônico ao relatar as alteridades. A começar pela manchete, que acaba repercutindo a narrativa dos acusados e desinforma mais do que informa. Ao dar um espaço de destaque à versão daqueles apontados como responsáveis pelo genocídio Yanomami, a matéria legitima as suas versões.

Mais uma vez, a *Folha* não ouve os indígenas, e resume o seu produto à reprodução de declarações, configurando-se novamente como um exemplo de Jornalismo Declaratório. Essa reportagem se torna ainda mais grave, pois, embora esclareça que os indígenas mencionados por Bolsonaro são de outra região, ela repercute uma declaração irresponsável de que os indígenas que atualmente enfrentam desnutrição, malária e outras doenças evitáveis estariam preocupados apenas com o acesso à internet, e não com a obtenção de alimentos e medicamentos. Essa postura minimiza a tragédia e contribui para o genocídio, ao não atribuir a devida importância ao sofrimento da população afetada. Assim, a *Folha de S. Paulo* se posiciona na contramão do que propõe Moraes (2019), pois, em vez de construir uma narrativa que utilize um discurso descolonizador, o jornalismo dessa reportagem reproduz um

³⁵ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/pt-ve-genocidio-contrayanomamis-e-acusa-bolsonaro-e-damares-que-negam-omissao.shtml> - 12 nov 2024.

³⁶ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/01/yanomamis-pediram-internet-em-visita-em-2021-diz-bolsonaro.shtml> 12 nov 2024.

pensamento colonizador, sugerindo que os indígenas que sofrem de doenças graves estariam mais preocupados com questões triviais.

Ainda no mês de janeiro, foi selecionado um artigo publicado pelo *SUMAÚMA*, intitulado “Negar um genocídio é semear o seguinte”³⁷. Escrito por Deisy Ventura, professora titular da Universidade de São Paulo (USP), o texto foi publicado na editoria “Opinião”. Embora pertença a um gênero opinativo (Melo, 2016), a obra faz uso de fontes documentais, oficiais e secundárias (experts), além de ser redigida em terceira pessoa. Adotando um discurso contra-hegemônico, a autora tece críticas às instituições que se omitiram ao longo dos anos em reconhecer o genocídio dos povos indígenas, reafirmando a posicionamento de que a crise humanitária dos Yanomami constitui, de fato, um genocídio.

Por fim, foi selecionado o editorial “Justiça para o povo Yanomami”³⁸, publicado em 31 de janeiro de 2023 na editoria “Nossa Voz”. Diferentemente das reportagens, os editoriais pertencem ao gênero opinativo e expressam a posição do conselho editorial do veículo. Nesse caso, o texto foi redigido em primeira pessoa, recorreu a fontes documentais e alinou-se aos princípios do jornalismo ativista descritos por Prudêncio, ao promover a mobilização social para responsabilizar o governo Bolsonaro pelos crimes contra a comunidade Yanomami.

Na *Folha de S. Paulo*, foi selecionado o editorial “Tragédia Yanomami”³⁹, publicado no dia 23 de janeiro de 2024, na editoria “O que a Folha Pensa”. Embora o texto aponte para a responsabilidade do governo Bolsonaro, ele se caracteriza pela ausência de adjetivação e pela falta de uma opinião clara, o que é inusitado para um editorial. O conteúdo se limita a apresentar medidas já conhecidas e recomendadas por especialistas. No entanto, esse editorial traz à tona um novo elemento na cobertura dos dois veículos: um suposto desvio de medicamentos, investigado pela Polícia Federal. Em nenhum momento, porém, a *Folha* declara explicitamente que o que ocorre no território Yanomami é um genocídio, apesar de já ser de seu conhecimento, por meio da denúncia do *SUMAÚMA*, que o governo Bolsonaro estava ciente da situação dessa população e ignorou seus pedidos de socorro, além de ter incentivado o garimpo ilegal, um dos principais responsáveis pela crise.

O texto “O país alheio aos Yanomamis”⁴⁰, publicado na coluna Ombudsman, é o primeiro da amostragem a trazer o relato de um indígena Yanomami, o líder político Davi

³⁷ Disponível em: <https://sumauma.com/negar-um-genocidio-e-semear-o-seguinte/> - Acesso em: 12 nov 2024.

³⁸ Disponível em: <https://sumauma.com/justica-ao-povo-yanomami/> - Acesso em: 12 nov 2024.

³⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2023/01/tragedia-yanomami.shtml> - Acesso em: 12 nov 2024.

⁴⁰ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/jose-henrique-mariante-ombudsman/2023/01/o-pais-alheio-aos-yanomamis.shtml> - Acesso em: 12 nov 2024.

Kopenawa. Nesse artigo, torna-se evidente a tomada de posição do autor, especialmente em sua crítica ao fato de que a grande mídia só passou a olhar para os Yanomamis após um furo do *SUMAÚMA*, que mesmo sendo um "site ativista", foi capaz de divulgar informações que a *Folha de S. Paulo* não conseguiu. Essa crítica reforça a previsão de Prudêncio (2006), que afirmou que os *jornativistas* começariam a pautar a grande mídia. O colunista também questiona o fato de a situação dos Yanomamis só ter recebido atenção na grande mídia após se transformar em um colapso de proporções gigantescas. Embora o autor não classifique a crise como genocídio, ele menciona a existência dessa discussão, sinalizando a relevância do debate em torno da questão.

Passado um ano após a declaração de emergência sanitária, o número de mortes entre os Yanomamis permaneceu elevado. As medidas emergenciais adotadas pelo governo Lula para tratar a saúde dos indígenas e expulsar os garimpeiros do território mostraram-se ineficazes. Diante disso, tanto o *SUMAÚMA* quanto a *Folha de S. Paulo* seguiram pautando a crise, como evidenciado ao longo do mês de janeiro de 2024.

No *SUMAÚMA*, a primeira matéria publicada nesse período é o artigo ‘Ya temi xoa, aê, êa! Eu ainda estou vivo’, escrito pelo geógrafo Estêvão Benfica Senra, em primeira pessoa. O artigo faz uso recorrente de adjetivos e apresenta uma postura clara e engajada. Com uma linguagem mobilizadora, busca sensibilizar a sociedade e mobilizar uma cobrança ao governo Lula por conta da falta de efetividade de suas ações diante da crise Yanomami. Além disso, o texto adota uma abordagem descolonizadora ao ampliar a visibilidade da cultura Yanomami, contestar discursos hegemônicos que minimizam a situação e destacar a resistência da comunidade ao longo dos anos. O autor não hesita em nomear os ataques e negligências contra os Yanomamis como genocídio, enfatizando a gravidade da crise.

A entrevista intitulada “A arrogância é a mãe da ignorância: o governo desprezava a experiência acumulada dos Yanomami”⁴¹ apresenta uma análise a partir de uma fonte secundária (expert) e utiliza subjetividade ao categorizar a atuação do governo Lula diante da crise. Nesse contexto, observa-se uma forte presença de um discurso de resistência, tanto contra o garimpo quanto contra setores do governo federal. Esse posicionamento é evidenciado na formulação das perguntas e na seleção das respostas publicadas, que reforçam a crítica à inação governamental.

⁴¹ Disponível em:

<https://sumauma.com/arrogancia-e-mae-da-ignorancia-governo-desprezou-a-experiencia-acumulada-sobre-os-yanomami/> - Acesso em: 12 nov 2024.

Por outro lado, o editorial “Em nome dos mortos”⁴² reafirma o compromisso do *SUMAÚMA* em defender as vidas Yanomamis frente à insuficiência de ajuda efetiva por parte do governo federal. Nesse texto, o veículo reforça sua atuação em defesa dos povos da Amazônia, destacando que esse compromisso é independente das escolhas políticas de seus fundadores. A postura ativista do *SUMAÚMA* é, aqui, mais evidente do que nunca, consolidando sua posição de que o jornalismo que pratica tem um lado claro: o da humanidade.

Já o artigo “Como alcançar o céu Yanomami se a imagem capturada está disseminada na internet?”⁴³, escrito pela antropóloga e indigenista Hanna Limulja, traz uma abordagem descolonizadora ao introduzir conceitos fundamentais da tradição Yanomami e conectá-los à atual crise humanitária. Além disso, utiliza uma linguagem mobilizadora ao reivindicar a responsabilização do governo Bolsonaro pelo crime de genocídio, contribuindo para a construção de um discurso crítico e engajado sobre a situação.

Publicada em 19 de janeiro de 2024, a reportagem “‘Gestão de amadores’: os bastidores de um fracasso que já custou 308 vidas”⁴⁴ destacou-se como a principal produção do *SUMAÚMA* no período. Escrita em terceira pessoa, a matéria fundamenta-se em dados obtidos por meio da Lei de Acesso à Informação para evidenciar a falta de efetividade das medidas adotadas pelo governo federal sob a gestão de Lula. Paralelamente, apresenta uma forte presença de subjetividade e um discurso descolonizador, com destaque para o uso de expressões na língua Yanomami.

A reportagem questiona discursos hegemônicos ao oferecer uma perspectiva crítica às ações governamentais diante do genocídio Yanomami, trazendo à tona vozes frequentemente marginalizadas. Entre as fontes consultadas, figuram organizações não governamentais, profissionais da saúde, lideranças indígenas e um procurador da República, o que reforça a diversidade de visões presentes no texto.

No total, são citadas diretamente pelo menos 20 fontes, abrangendo testemunhais, oficiais e secundárias, além de referências a descobertas publicadas por veículos do jornalismo hegemônico, como o *Fantástico* e o *GI*. Ao reconhecer e legitimar boas práticas dessas mídias, a reportagem demonstra uma articulação entre o jornalismo

⁴² Disponível em: <https://sumauma.com/em-nome-dos-mortos/> - Acesso em: 12 nov 2024.

⁴³ Disponível em: <https://sumauma.com/ceu-yanomami-imagem-hutu-mosi-hanna-limulja/> - Acesso em: 12 nov 2024.

⁴⁴ Disponível em: <https://sumauma.com/gestao-de-amadores-os-bastidores-de-um-fracasso-que-ja-custou-308-vidas/> - Acesso em: 12 nov 2024.

ativista e as contribuições do jornalismo tradicional, o que agrega à cobertura, ajudando a aprofundar o entendimento sobre a crise.

O editorial “Fiasco contra o garimpo”⁴⁵, publicado pela *Folha de S. Paulo* em 14 de janeiro de 2024, define o tom da cobertura do veículo na segunda parte da amostragem sobre os desdobramentos da emergência humanitária. Com foco nos impactos da atividade de garimpo ilegal, o texto é escrito em terceira pessoa e apresenta uma dose de subjetividade, perceptível pela adjetivação ao descrever as ações governamentais frente às atividades criminosas, além de cobrar medidas mais efetivas e contínuas no combate aos criminosos envolvidos.

A reportagem “Lula fala em 'guerra' contra garimpo após governo não expulsar invasores da TI Yanomami”⁴⁶, por sua vez, carece de diversidade de fontes. Os indígenas, diretamente afetados pela questão, não são ouvidos, tampouco há declarações de pessoas que atuam na região, capazes de ilustrar o impacto devastador do garimpo, uma das causas fundamentais da crise Yanomami. O texto se limita a reproduzir falas governamentais e análises de documentos, sem apresentar indícios claros de subjetividade por parte do jornalista, o que reforça uma abordagem essencialmente descritiva e declaratória.

A reportagem “Um ano após Lula classificar situação de desumana, superlotação segue em hospital improvisado a Yanomamis”⁴⁷, publicada em 14 de janeiro de 2024 e escrita em terceira pessoa, apresenta um marco tardio mas significativo na cobertura da *Folha de S. Paulo* sobre a crise Yanomami. Pela primeira vez, entre as matérias analisadas na amostragem, observa-se uma entrevista direta com fontes testemunhais, incluindo um representante indígena, indo além da simples reprodução de declarações oficiais. Também se destaca a presença do repórter *in loco*, o que contribui para uma abordagem mais rica e detalhada dos fatos.

Embora o texto ofereça uma cobertura mais abrangente e contextualizada, trazendo nuances importantes à narrativa, ele não apresenta um discurso de mobilização social, limitando-se a relatar os eventos e as condições enfrentadas pelos Yanomamis sem incitar o engajamento do público.

⁴⁵ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2024/01/fiasco-contra-o-garimpo.shtml> - Acesso em: 12 nov 2024.

⁴⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/lula-fala-em-guerra-contra-garimpo-apos-governo-nao-expulsar-invasores-da-ti-yanomami.shtml> - Acesso em: 12 nov 2024.

⁴⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2024/01/um-ano-apos-lula-classificar-situacao-de-desumana-superlotação-segue-em-hospital-improvisado-a-yanomamis.shtml> - Acesso em: 12 nov 2024.

A reportagem “Garimpo engole malocas, desloca aldeias e helicópteros de emergência ampliam resgates de Yanomamis”⁴⁸, publicada em 19 de janeiro de 2024, é a quarta matéria da série “Cerco às Aldeias” da *Folha de S. Paulo*. Esta série, assinada por Vinicius Sassine e Lalo de Almeida, explora os impactos devastadores da expansão dos garimpos ilegais sobre as comunidades indígenas brasileiras, que enfrentam a aproximação alarmante dessas atividades em seus territórios. Especificamente, essa matéria oferece uma visão aprofundada da crise Yanomami, revelando detalhes inéditos sobre o funcionamento do garimpo ilegal e os efeitos que ele provoca na vida dos indígenas. Entre as matérias analisadas, esta apresenta a maior presença da subjetividade dos jornalistas, perceptível logo no início, com uma narrativa que transmite a cena a partir da perspectiva do repórter. Essa subjetividade também se manifesta ao retomar a história de Antônio, um garimpeiro apresentado em uma matéria anterior, e ao conectar sua trajetória à narrativa atual. Esse uso da subjetividade reforça as proposições de Moraes (2019), que defendem a importância de uma abordagem mais sensível e contextualizada.

A presença do repórter no local se mostra essencial, como proposto por Lage (2010), e colabora para um discurso descolonizador, evidenciado na escolha das fontes, na abordagem direta do tema e na conexão pessoal que a reportagem estabelece com os principais afetados pela crise. Essa é a matéria mais completa da amostragem da *Folha de S. Paulo*, e destaca a importância de ouvir os principais personagens da crise humanitária. O texto reflete que, ao incorporar a subjetividade e outros princípios do jornalismo ativista, o jornalismo tradicional pode oferecer uma cobertura mais rica, representativa, trazendo luz a problemas sub-representados.

A amplitude dessa reportagem foi possível, segundo os próprios créditos da *Folha*, graças ao apoio do Rainforest Journalism Fund, fundado por Jonathan Watts, que também fundou o *SUMAÚMA*, em parceria com o Pulitzer Center. A jornalista Veronica Goyzueta, também do *SUMAÚMA*, já atuou como coordenadora no Rainforest Journalism Fund, o que exemplifica como a expertise do jornalismo ativista pode agregar ao jornalismo tradicional, formando uma colaboração estratégica para uma cobertura mais aprofundada.

⁴⁸ Disponível em:

<https://arte.folha.uol.com.br/cotidiano/2023/cerco-as-aldeias-a-infestacao-dos-garimpos-ate-o-quintal-das-comunidade/yanomamis/garimpo-engole-malocas-desloca-aldeias-e-helicopteros-de-emergencia-ampliam-resgates-de-yanomamis/> - Acesso em: 12 nov 2024.

Por fim, o artigo “Narcogarimpo, política e genocídio Yanomami”⁴⁹, escrito por Camila Rocha, doutora em Ciência Política, também integra a amostragem. Nele, observa-se um discurso subjetivo que oferece uma nova perspectiva à cobertura, ao explorar as motivações que levam as pessoas a apoiarem o garimpo e a se envolverem nessa atividade. Esse uso da subjetividade não apenas amplia os horizontes do jornalismo, mas também introduz ideias inovadoras e questionadoras, distanciando-se de uma abordagem padronizada.

Em suma, a partir da comparação da cobertura do genocídio Yanomami pelo *SUMAÚMA* e pela *Folha de S. Paulo*, foi possível identificar diferenças significativas nas práticas jornalísticas dos veículos. A primeira trata-se do furo do *SUMAÚMA*. O fato de que, mesmo com recursos humanos e financeiros inferiores às grandes mídias do país, foi o *SUMAÚMA* que trouxe a público a gravidade da situação e a negligência do governo anterior antes de qualquer outro jornal indica uma prática jornalística eficiente por parte do veículo ativista.

Outro aspecto relevante é a gratuidade do acesso ao conteúdo do *SUMAÚMA*, contrastando com o uso do paywall pela *Folha*, o que reforça o caráter inclusivo e democrático do primeiro. Além disso, o *SUMAÚMA* prioriza fontes testemunhais e insere análises de especialistas para oferecer uma visão mais aprofundada da crise Yanomami. Em contraponto, a *Folha* privilegia fontes oficiais e em grande parte da sua cobertura não ouviu sequer uma fonte testemunhal, demonstrando dificuldade em representar perspectivas fora dos discursos hegemônicos.

No que se refere ao tipo de narrador, ambos os veículos utilizam majoritariamente a terceira pessoa, mas o *SUMAÚMA* intercala com narrativas em primeira pessoa para reforçar posicionamentos. Quanto ao enquadramento (framing), os dois destacam o aspecto social da crise, mas a *Folha* também foca em possíveis repercussões políticas para os governos Lula e Bolsonaro.

No campo da diversidade e representatividade, o *SUMAÚMA* se sobressai ao dar voz aos indígenas, enquanto a *Folha* frequentemente omite essas perspectivas, o que empobrece a complexidade do debate. O uso da subjetividade pelo *SUMAÚMA* se fez notável quando este incorporou e explicou elementos culturais da tradição Yanomami, demonstrando os impactos da crise humanitária em seu modo de vida. Ao mesmo tempo, o veículo combina isso com

⁴⁹ Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/camila-rocha/2024/01/narcogarimpo-politica-e-genocidio-yanomami.shtml> - Acesso em: 12 nov 2024.

objetividade ao ouvir o "outro lado", especialmente ao tratar da ineficiência das medidas do governo Lula.

Com relação a *Folha*, fica evidente a tentativa de um posicionamento objetivo ao fundamentar suas matérias em dados. Contudo, essa não seria uma “objetividade situada”, uma vez que o jornal se exime de entrevistar os indígenas na maior parte das matérias analisadas, o que torna seu panorama raso e incompleto pela ausência de vozes..

Na apuração, o *SUMAÚMA* utiliza entrevistas e análises documentais como pilares de sustentação, enquanto a *Folha* apresenta um número maior de matérias baseadas em declarações sem contextualização, configurando um jornalismo declaratório. Segundo Araújo (2023), tal prática gera desinformação por contribuir “com a circulação de informações que poderiam, ao contrário de colaborar com o debate público, tumultuá-lo” (Araújo, 2023, p. 12).

O discurso de resistência ou descolonizador é marcante no *SUMAÚMA*, seja ao atribuir maior credibilidade a dados gerados por indígenas em comparação aos do governo Bolsonaro, seja ao priorizar fontes testemunhais em detrimento das oficiais.

O ativismo jornalístico do *SUMAÚMA*, por sua vez, se manifesta no uso de uma linguagem mobilizadora, como na matéria "Genocídio Yanomami gera primeiro movimento humanitário de reconstrução do Brasil". Já na *Folha*, essa linguagem aparece discretamente em artigos de opinião, como os da coluna do ombudsman, que incentivam a cobrança de medidas governamentais e maior atenção da grande mídia às questões indígenas.

Ambos os veículos utilizam recursos multimídia, como hiperlinks, galerias de fotos e infográficos, mas a *Folha* se destaca ao permitir comentários dos assinantes, promovendo maior engajamento.

Também merece atenção a postura do *SUMAÚMA* ao definir a crise como um genocídio, enquanto a *Folha* optou por uma abordagem mais conservadora, limitando-se a reconhecer a existência do debate jurídico sobre o tema.

Além disso, vale ressaltar a reportagem do jornal paulistano intitulada “Garimpo engole malocas, desloca aldeias e helicópteros de emergência ampliam resgates de Yanomamis”, parte da série “Cerco às aldeias”. A matéria é um perfeito exemplo de como os princípios do jornalismo ativista têm influenciado o jornalismo tradicional, bem como evidencia o impacto das associações jornalísticas que incentivam essa prática na transformação da profissão. Essa articulação contribui para enriquecer a cobertura jornalística, incorporando novas perspectivas e ampliando o alcance de vozes tradicionalmente marginalizadas.

Não se pode deixar de pontuar ainda que a cobertura do genocídio Yanomami ocupa um espaço privilegiado na produção do *SUMAÚMA*, enquanto na *Folha de S. Paulo*, pautas voltadas para economia e política desempenharam um papel central. Nesse contexto, Goyzueta (2024) apresenta os esforços do *SUMAÚMA* para garantir uma cobertura ampla e aprofundada, com foco nas vozes dos Yanomamis, apesar das dificuldades de acesso causadas pela localização remota das aldeias indígenas:

A cobertura do genocídio Yanomami foi uma cobertura muito importante porque foi basicamente a nossa primeira grande cobertura. Ela começa com a história contada pelas mulheres, sobre estupro das mulheres Yanomami por causa da chegada do garimpo, ilegalmente, violentamente. E a partir daí, esse contato com o povo Yanomami se intensifica de uma forma que ele vem trazendo outras histórias que culminam na história do genocídio, tem esse ponto alto de revelar o genocídio que está acontecendo com esse impacto que foi o de trazer luz sobre uma coisa que parecia que ninguém prestava atenção mesmo não sendo uma coisa que não era totalmente desconhecida, mas parece que não atingia, não tocava as pessoas (Goyzueta, 2024).

Essa abordagem do *SUMAÚMA*, que sensibilizou a opinião pública e mobilizou reações nacionais e internacionais, foi pautada por práticas que respeitam a cultura Yanomami e evitam a imposição de narrativas ocidentais. Para conduzir as entrevistas e apurações, o veículo adotou estratégias cuidadosas que incluíram a presença de uma antropóloga fluente em Yanomami. Essa profissional desempenhou um papel essencial na tradução das histórias e na mediação cultural, garantindo que os relatos fossem compreendidos em sua totalidade e respeitando as sensibilidades locais. Quando perguntada sobre as estratégias utilizadas na apuração, Goyzueta revelou:

Como é que as entrevistas e a apuração foram conduzidas? De uma forma muito cuidadosa, porque inclusive nesse caso do genocídio tinha as fotos que têm todo um significado para os povos, a forma que você apresenta as imagens, a forma como você lida com as pessoas na foto, na imagem, a questão das pessoas que morrem depois dessas fotos, tem toda uma questão cultural e o processo foi todo acompanhado por uma antropóloga que fala Yanomami, que entende, que fez as traduções e isso foi fundamental (Goyzueta, 2024).

Na cobertura faz-se relevante mencionar igualmente a atuação de Talita Bedinelli, cuja experiência com jornalismo de dados permitiu ao *SUMAÚMA* apurar, de forma exclusiva, o impacto do governo Bolsonaro na crise humanitária enfrentada pelos Yanomamis. Os dados, precisos e contextualizados, foram essenciais para dimensionar a extensão da tragédia, fundamentando as denúncias de negligência governamental.

No que diz respeito às informações contraditórias, Goyzueta destacou a importância de equipes de checagem, prática que tem se tornado escassa em grandes corporações

jornalísticas, como a *Folha de S. Paulo*. Para o *SUMAÚMA*, lidar com desinformação foi um desafio, mas a presença de checadores assegurou a confiabilidade das reportagens.

Portanto, a cobertura do genocídio Yanomami pelo *SUMAÚMA* evidencia práticas jornalísticas descolonizadoras que valorizam a escuta ativa e a checagem rigorosa de informações. Essas estratégias não apenas ampliam a visibilidade das questões indígenas, mas também estabelecem um padrão ético e metodológico que contrasta com práticas comuns em veículos tradicionais.

5. Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo central analisar como o jornalismo ativista se posiciona como alternativa às limitações do jornalismo hegemônico, tanto em termos de prática quanto de impacto social. Para isso, buscou-se primeiramente compreender o surgimento da objetividade como princípio estruturante do jornalismo moderno, verificando-se a origem desse princípio em necessidades comerciais dos donos de jornais do século XIX. Segundamente, buscou-se entender as críticas a esse princípio que emergiram ao longo do século XX, com destaque para os movimentos feministas, decoloniais e outras correntes que identificaram o papel do jornalismo moderno na disseminação de estereótipos e na exclusão de alteridades. Foi a partir dessas reflexões e das possibilidades garantidas pelo advento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que surgiram novas formas de fazer e pensar o jornalismo, orientadas por princípios éticos e inovadores, como a subjetividade, a independência financeira e editorial, uma cultura de oposição às estruturas de poder que perpetuam desigualdades, e a busca pela mobilização da opinião pública em prol de mudanças sociais. A estas novas formas deu-se o nome de “jornalismo ativista”.

No contexto mais amplo do jornalismo contemporâneo, a pesquisa também abordou a crise de credibilidade e sustentabilidade do jornalismo hegemônico. Essa crise, marcada pela intensificação da desinformação, pela distribuição algorítmica de notícias e pela desconexão com as demandas sociais, abriu espaço para que iniciativas ativistas ganhassem destaque. O jornalismo ativista surge, portanto, não apenas como alternativa, mas como uma resposta necessária a essas lacunas, reafirmando o papel social do jornalismo e propondo modelos mais inclusivos, éticos e transparentes.

A análise do *SUMAÚMA*, um veículo declaradamente ativista, foi essencial para ilustrar como esses princípios se traduzem na prática. O trabalho examinou os motivos que levaram à sua fundação, os desafios enfrentados e o modelo de negócios adotado, evidenciando que o *SUMAÚMA* surgiu com o propósito de oferecer uma alternativa ao jornalismo hegemônico. Sua abordagem combina ativismo e ambientalismo, priorizando as perspectivas dos povos amazônicos. Sediado em Altamira, cidade que simboliza as urgências e contradições da Amazônia, o *SUMAÚMA* busca reposicionar a região como central na pauta pública brasileira e global.

Seu modelo de negócios é de uma instituição sem fins lucrativos, cujo financiamento envolve crowdfunding, apoio filantrópico e campanhas de arrecadação pontuais. Essa estratégia, aliada à transparência na divulgação dos custos de produção, reforça a confiança do público e consolida seu compromisso ético com os leitores. Mas, apesar de alcançar impactos

significativos em apenas dois anos de atuação, o veículo ainda enfrenta desafios financeiros, especialmente devido aos altos custos associados a reportagens aprofundadas realizadas em locais de difícil acesso na Amazônia.

O trabalho também verificou o empenho do *SUMAÚMA* em formar jornalistas locais por meio do laboratório "Micélio", uma iniciativa que visa capacitar profissionais da região. Além disso, identificou o compromisso do veículo em promover mudanças nas coberturas jornalísticas, estimulando a integração das questões ambientais em diversas áreas, como economia e política.

Ao contrastar o *SUMAÚMA* com a *Folha de S. Paulo*, foi possível evidenciar diferenças significativas nas escolhas editoriais e nas estratégias narrativas. Enquanto o *SUMAÚMA* priorizou vozes indígenas, questões culturais e a denúncia de crimes contra a Amazônia, a *Folha* deu maior ênfase a fontes oficiais frequentemente omitindo as perspectivas das alteridades. A comparação revelou como o jornalismo ativista pode preencher lacunas deixadas pelos veículos tradicionais, especialmente na cobertura de temas negligenciados, como o genocídio Yanomami.

Apesar dos resultados alcançados, este trabalho reconhece suas limitações e aponta caminhos para estudos futuros. É necessário investigar, por exemplo, como os novos arranjos jornalísticos estão adaptando suas produções às dinâmicas das redes sociais e quais modelos de financiamento oferecem maior estabilidade econômica para esses veículos. Também é relevante explorar as formas mais eficazes de engajar leitores para garantir apoio financeiro, bem como entender como as iniciativas de jornalismo ativista podem se consolidar como autoridades no campo jornalístico, transcendendo o papel de mera alternativa ao jornalismo hegemônico. Além disso, destaca-se a importância de estudar como essas novas práticas podem oferecer soluções para os chamados "desertos de notícias", regiões onde há escassez ou ausência de cobertura jornalística local, o que compromete a circulação de informações e enfraquece a participação democrática. Essa lacuna informativa, frequentemente associada ao fechamento de redações tradicionais e à concentração de veículos em grandes centros urbanos, exige respostas inovadoras para garantir o direito à informação em comunidades negligenciadas.

Por fim, o estudo reafirma a relevância do jornalismo ativista no atual contexto acadêmico e social, como uma prática que resgata a credibilidade da profissão, promove inovação e atende às demandas de um público cada vez mais crítico e diversificado. Ao engajar comunidades, ampliar representações e adotar uma postura ética e transformadora, o

jornalismo ativista não apenas responde às crises do modelo hegemônico, mas também aponta caminhos para o futuro da prática jornalística.

6. Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Arthur Silva. Elementos para uma reflexão sobre o jornalismo declaratório. **Contracampo**, Niterói, v. 42, n. 3, set./dez. 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BARSOTTI, Adriana; VIEIRA, Agostinho. É possível um jornalismo ativista? as tensões no ethos profissional assentado na objetividade. **Brazilian Journalism Research**, v. 19, n. 3, e1597, 2023. DOI: 10.25200/BJR.v19n3.2023.1597.
- BRUM, Eliane; WATTS, Jonathan; GOYZUETA, Verônica; JIMÉNEZ, Carla; BEDINELLI, Talita. Manifesto: SUMAÚMA: jornalismo do centro do mundo. **Sumaúma**, Altamira, Pará, 1 set. 2022. Disponível em: <https://sumauma.com/quem-somos/>. Acesso em: 11 set. 2024.
- DOWNING, John D. H. **Mídia radical**: Rebeldia nas comunicações e movimentos sociais. São Paulo: Senac, 2002.
- ESTATUTO DE ROMA DO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL (1998). Roma: ONU, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4388.htm. Acesso em: 13 nov. 2023.
- FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de ética**. Disponível em: <https://fenaj.org.br/codigo-de-etica-dos-jornalistas-brasileiros/>. Acesso em: 16 set. 2024.
- JAVORSKI, E.; ALENCAR, Q. Jornalismo ativista na Amazônia: as narrativas de Eliane Brum. **SciELO Preprints**, 2023. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.6064.
- LACERDA, Daniela Maria de. **O jornalismo digital independente no Brasil e a busca da credibilidade perdida**. 2016. Dissertação (Pós-graduação em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, [S. l.], 2016.
- LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- MACHADO, Ana Maria; BEDINELLI, Talita; BRUM, Eliane. ‘Não estamos conseguindo contar os corpos’. **Sumaúma**, Altamira, 20 jan. 2023. Disponível em: <https://sumauma.com/nao-estamos-conseguindo-contar-os-corpos/>. Acesso em: 22 set. 2024.
- MELO, José Marques. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. **Intercom - RBCC**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 39-56, jan./abr. 2016.
- MORAES, Fabiana. Subjetividade: Ferramenta para um Jornalismo mais íntegro e integral. **Extraprensa**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 204–219, jan./jun. 2019.
- MORAES, Fabiana; SILVA, M. V. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, XXVIII, 2019, Porto Alegre. Anais [...]. Porto Alegre: Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/trabalhos/a-objetividade-jornalistica-tem-raca-e-tem-genero-a-subjetividade-como-estrategi?lang=pt-br>. Acesso em: 01 out. 2024.

NONATO, C.; PACHI FILHO, F. F.; FIGARO, R. Relações de comunicação em novos arranjos alternativos e modelos de produção da notícia. **Líbero**, v. 41, n. 1, p. 101-115, 2018. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/956/965>. Acesso em: 01 out. 2024.

PRUDENCIO, Kelly Cristina de Souza. **Mídia ativista: a comunicação dos movimentos por justiça global na internet**. 2006. 207 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

SEMBRAMEDIA. Pontos de Inflexão Internacional. 2021. Disponível em: <https://data2021.sebramedia.org/pt-br/reportes/resumo-executivo/>. Acesso em: 18 nov. 2024.

SUMAÚMA: jornalismo do centro do mundo. Altamira, PA: 01 set. 2022. Disponível em: <https://sumauma.com/>. Acesso em: 14 nov. 2024.

TAVARES, Raylton Carlos de Lima; SOUSA, Rosângela do Socorro Nogueira de. Discursos sobre a criminalização da homofobia e da transfobia no portal de notícias O Antagonista. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, Campinas, v. 61, n. 2, p. 419-434, maio/ago. 2022. DOI: 10.1590/010318138666170v61n22022.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: Porque as Notícias São Como São. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.